



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 075

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 2006

ANO XXXI

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 075**

### **64ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Mesa Executiva .....	02
Presenças .....	02
Abertura da Sessão .....	03
Grande Expediente	
Homenagem aos 45 anos do BRDE.....	03
Composição da Mesa	
Proponente:	
Dep. Alexandre Curi .....	03
Homenagem .....	04
Orador:	
Sr. Carlos Frederico Marés de	
Souza - Presidente do BRDE ....	04
Encerramento da Homenagem.....	05
Reabertura da Sessão .....	05
Expediente:	
Mensagens .....	05
Ofícios.....	07

Designações.....	08
Requerimentos .....	08
Projetos de Lei.....	15

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PT	
Dep. André Vargas .....	19

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....	20
Discussão / Votação:	
2ª Discussão (Votação em).....	20
Redação Final .....	20
2ª Discussão .....	23
1ª Discussão .....	23
Discussão Única (Proposição) ...	39
Requerimentos .....	41

#### **Encerramento da Sessão .....41**

#### **Publicações:**

Atas de Comissões	
Defesa da Mulher, da Criança,	
e do Adolescente.....	41

### **DIÁRIO Nº 075**

### **64ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 64ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2006**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (47). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Caíto Quintana, Carlos

Simões, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Luiz Nishimori e Rafael Greca (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

### ***Grande Expediente:***

#### ***Comemoração aos 45 anos do BRDE***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Grande Expediente de hoje será destinado aos 45 anos do BRDE, nosso Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, requerimento que foi apresentado pelo Exmo. Sr. Deputado Alexandre Curi, devidamente aprovado por todos os Srs. Parlamentares.

#### ***Composição da Mesa:***

Exmo. Vice-Governador desta casa, Parlamentar por vinte anos, Orlando Pessuti; Exmo. Sr. Desembargador Guilherme Luiz Gomes; Exmo. Sr. Carlos Frederico Marés de Souza, Presidente do BRDE; Exmo. Sr. Paulo Furiatti, nosso colega, ex-Deputado, Diretor Financeiro do BRDE; Deputada Luciana Rafagnin, 1ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nesta solenidade; Deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### ***Proponente:***

Temos a satisfação de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Deputado Alexandre Curi, proponente da presente homenagem.

#### ***Deputado Alexandre Curi (PMDB)***

O SR. ALEXANDRE CURI

Exmo. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Hermas Brandão; Exmo. Vice-Governador do Estado do Paraná, ex-Presidente desta Casa, Deputado Orlando Pessuti; Exmo. Desembargador Guilherme Luiz Gomes; Exmo. Sr. Carlos Frederico Marés de Souza, Presidente do BRDE; Exmo. Sr. Paulo Furiatti, ex-Deputado desta Casa, Diretor Financeiro do BRDE; 1ª Secretária Luciana Rafagnin; 2º

Secretário, Deputado Geraldo Cartário; demais Deputados aqui presentes, Deputada Elza Correia, senhoras e senhores:

(Lê):

“Estamos reunidos no Expediente desta sessão da Assembléia Legislativa para homenagear o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, através de seus diretores e funcionários, por seus 45 anos de atuação exemplar, na promoção do progresso com inclusão social da região Sul do Brasil e especialmente do Paraná - onde conta com o inteiro apoio do Governador Roberto Requião.

Com efeito, criado em 15 de junho de 1961, por iniciativa dos então governadores Ney Braga, do Paraná; Celso Ramos, de Santa Catarina e Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, o BRDE surgiu conjuntamente com o Conselho de Desenvolvimento do Sul - Codesul, para apoio às políticas de desenvolvimento regional com vistas à elevação do patamar econômico e social dos três estados do Extremo Sul brasileiro.

Concebido como instrumento desse esforço de decolagem sócio-econômica, o BRDE apresenta um saldo positivo neste quase meio século de atividades: em 2005 superou a barreira de um bilhão de reais em financiamentos aprovados, para suporte à agropecuária, indústria, comércio e serviços na região.

Ultrapassando problemas e dificuldades - inclusive de caráter federativo - o BRDE se manteve como Banco Regional de Fomento, graças à sua estrutura operacional enxuta e concepção colegiada, contando com dois diretores por estado-membro. Seu atual Presidente, o paranaense Carlos Frederico Marés de Souza - respeitado por sua biografia de homem público com densidade de idéias e de realizações - faz parceria com o também paranaense Paulo Furiatti, Diretor Financeiro e ex-Deputado que abrilhantou esta Casa, por seus conhecimentos como engenheiro agrônomo e administrador público experiente.

Outros quatro representantes dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul integram quadro de diretores, enquanto os governadores dos três estados se alternam na presidência do Codesul.

Senhores:

O BRDE, no Paraná, operou na modernização da base econômica para a construção do progresso com base social e sustentável, fomentando a indústria, as exportações e a infra-estrutura.

Como afirmam seus dirigentes e funcionários - estes selecionados mediante concurso de alto nível - o BRDE não tem 34 mil clientes, mas parceiros, para os quais canalizou 2,5 bilhões de reais em operações que asseguraram a geração de 52 mil postos de trabalho.

Os usuários desses recursos - desde a grande cooperativa exportadora até pequenas propriedades da agricultura familiar, passando pelas usinas geradoras de energia, empresas de reflorestamento, comércio e serviços - tornaram-se parceiros no desenvolvimento que beneficiou largas parcelas da nossa população.

Por isso, o BRDE - braço executivo do projeto idealizado na generosa década de 1960 - foi bem sucedido na construção dessa utopia de desenvolvimento com igualdade social que anima os brasileiros de boa vontade.”

## ***Homenagem***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Gostaria de solicitar à Deputada Luciana Rafagnin para que proceda à leitura dos termos da placa em homenagem ao BRDE.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN  
(**Lê termos da placa**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido o Deputado Alexandre Curi e o nosso Vice-Governador Orlando Pessuti para que façam a entrega da placa em homenagem ao BRDE, representado pelo Sr. Carlos Frederico Marés de Souza - Presidente do BRDE.

(**Entrega da placa**)

Assistiremos a um vídeo sobre os 45 anos de BRDE.

(**Apresentação de vídeo**)

## ***Orador:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Temos a satisfação de conceder a palavra ao Dr. Carlos Frederico Marés de Souza, Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

## ***Sr. Carlos Frederico Marés de Souza***

O SR. CARLOS FREDERICO MARÉS DE SOUZA

Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão; Exmo. Sr. Orlando Pessuti, nosso Vice-Governador; Exmo. Sr. Desembargador Guilherme Luiz Gomes; Exmos. Deputados Luciana Rafagnin e Edson Strapasson; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; Exmos. Srs. funcionários, técnicos e administrativos do BRDE; senhoras e senhores:

É com extrema satisfação e alegria que venho neste momento agradecer à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por esta homenagem, esta placa, este reconhecimento pelos 45 anos de desempenho do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

Um especial agradecimento ao Deputado Alexandre Curi que de uma forma muito espontânea, muito alegre, desta tribuna prestou, em nome da Assembléia, esta homenagem.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas: o BRDE é um Banco que teve nesses 45 anos, um desempenho e um

desenvolvimento, um trabalho e uma ação em prol das políticas públicas de desenvolvimento. E por isso, aprendeu muita coisa.

A sua história, relatada aqui pelo Deputado Alexandre Curi acompanhou de forma muito próxima a própria história do desenvolvimento desta região. Naquele tempo, quando foi criado, São Paulo fazia parte do Sul, mas se sabia e se via que o processo de desenvolvimento desigual do Brasil, empurrava os financiamentos e os mesmos processos do desenvolvimento para regiões que não eram exatamente no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Exatamente por isso, surge o processo de desenvolvimento, a idéia de ser criar um Banco público, com recursos e dinheiro público, que financiasse exatamente as pessoas, aos agricultores, a produção desta região. Assim nasceu o BRDE, com o nome de Extremo Sul. Mantém o nome, embora, hoje, os três estados compõem a região que se chama Sul. O nome é historicamente mantido, mas somos o Banco do Sul.

O fato de ser um banco do Sul, de três estados, deu a ele uma dimensão que nenhum outro órgão público no Brasil tem. Este é um órgão público de três estados. Portanto, criado por três Assembléias Legislativas, controlado por três Tribunais de Contas, fiscalizado por três Ministérios Públicos - pelo menos - e dirigido por diretores de três estados nomeados por três governadores diferentes.

Isso deu ao Banco uma espécie de vacina de imunidade, contra todos os avanços que se tentou fazer, no sentido de sua própria destruição, que não foram poucas. A história de tentativa de fechamento desse Banco, também acompanha a história de desenvolvimento do Brasil. O momento do desenvolvimento foi criado e em um momento em que o neoliberalismo imperava e se tentava fazer um Estado mínimo, tentou-se fechar o Banco. Só não fechou, porque a resistência de seus funcionários e a compreensão de alguns políticos dos três estados, fez com que eles se mantivesse.

Por isso, hoje, continua existindo, em um momento em que já está superada a fase do neoliberalismo e em que é necessário o desenvolvimento local, para a integração global, está presente este instrumento público que é o Banco.

Por isso, o Banco tem hoje o cumprimento preciso de sua vocação, que é exatamente o de promover o desenvolvimento, local, endógeno. Tomar as forças próprias de cada região e com elas, esse capital e trabalho da região, promover o desenvolvimento. Esta é a política pública que está sendo aplicada, no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com a colaboração e o incentivo dos Deputados, do governo, estamos cumprindo a nossa missão, voltando-nos exatamente às regiões que precisam fazer de sua produção um algo mais, um aumento, uma diversificação e, fundamentalmente, uma agregação de valores locais. Este é o sentido e o rumo que temos dado.

Além do mais, nesse homenagem que hoje agradeço, em nome do BRDE e com toda a sinceridade, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, queria dizer aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas, que continuamos e estamos dispostos e disponíveis, porque essa é nossa obrigação: cumprir as políticas estabelecidas pelos governos e pelas oposições.

Muito obrigado, senhores.

(Aplausos)

## ***Encerramento da Homenagem***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ao encerrar a presente homenagem, queremos deixar registrado, Marés, que a Constituição de 88, a Assembléia foi decisiva para mantermos o BRDE. O Deputado Orlando Pessuti, na época, hoje, Vice-Governador, estava me lembrando desse fato. Foi uma discussão muito ampla, porque havia a extinção do BADEP. Batemos muito, todos os Parlamentares, para que o mantivéssemos vivo.

Agradecemos a presença de todos, também aos funcionários do BRDE que nos prestigiam, hoje.

Suspendo a Sessão, para os cumprimentos.

## ***Reabertura da Sessão***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Reaberta a Sessão e sob a Presidência do Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Deputado Barbosa Neto e pela Deputada Elza Correia, o Sr. 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Mensagens***

MENSAGEM Nº 048/06

Curitiba, 13 de junho de 2006.

Senhor Presidente:

O gradativo aumento do consumo de energia decorrente da política de desenvolvimento atual impõe ao Governo Estadual a responsabilidade de proceder a ações que possibilitem atender à implantação da infra-estrutura necessária para se obter elevada margem de segurança, confiabilidade, conforto e bem-estar para os paranaenses.

Em função da necessidade de interligação das linhas de transmissão da rede básica, visando o transporte da energia produzida pelas usinas do rio Iguaçu, a linha de transmissão Cascavel Oeste - Foz do Iguaçu e a Subestação Foz do Iguaçu Norte proporcionarão novo caminho para os fluxos de energia.

Proponho, então, nesse contexto, a participação da Copel nos empreendimentos requeridos, que têm por objetivo melhoras significativas, as quais evitarão cortes de energia programados e indisponibilidade acidental,

dada a existência de novas linhas de transmissão, medida que beneficiará o consumidor paranaense tanto em termos de qualidade como, em última instância, de custos de energia.

A participação da Copel no processo de gerenciamento e construção da linha de transmissão e da subestação localizadas no Estado proporcionará sua presença, portanto, nos decorrentes processos de transporte da energia gerada pela bacia do rio Iguaçu.

Os empreendimentos em questão, a propósito, são decorrentes de leilões públicos, frutos do Programa Nacional de Expansão do Sistema Interligado Nacional, conduzido pelo Ministério de Minas e Energia.

A participação da Copel possibilitará, ainda, o bom desempenho das obrigações derivadas de seu contrato de concessão perante a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, uma vez que a Companhia dispõe de recursos e habilidades suficientes para cumprir os misteres resultantes da concessão, sem descuidar do interesse público inerente.

Além da participação acionária nos empreendimentos, o Estado do Paraná deterá sua exploração comercial, o que lhe permitirá manter em bom nível o atendimento à quase totalidade dos consumidores do Estado.

Tecnicamente, através da interconexão da linha de transmissão com o Sistema Interligado Sul - Sudeste, que propicia o escoamento da energia das usinas localizadas no Paraná, melhoram significativamente os níveis de qualidade da energia elétrica fornecida, com considerável aumento da confiabilidade para o Sistema Interligado Nacional como um todo.

Por outro lado, mediante aproximação da Copel com a Eletrosul, o consórcio fortalecido terá condições de evitar que outros competidores acabem por se instalar no Paraná e por utilizar as instalações da Copel, aumentando, igualmente, o peso da Companhia no cenário nacional, no âmbito das transmissoras de energia.

Ressalto, por oportuno, que a entrada em operação dos empreendimentos em questão está prevista para vinte meses após assinatura do respectivo contrato de concessão.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a constituir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel, ou subsidiária integral desta, consórcio com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul, com o objetivo de participar do leilão de concessão de novos empreendimentos de transmissão de

energia elétrica localizados no Estado do Paraná denominados LT Cascavel Oeste - Foz do Iguaçu em 230 kV e Subestação Foz do Iguaçu Norte - 230/138 kV - 150 MVA.

§ 1º O consórcio de que trata este artigo deverá ser constituído com a participação majoritária da Copel ou de subsidiária integral desta.

Art. 2º Se o consórcio, constituído na forma do artigo anterior, sagrar-se vencedor do leilão para a realização dos empreendimentos de que trata o *caput*, fica a Copel ou subsidiária integral desta autorizada a constituir sociedade de propósito específico com a outra empresa integrante do consórcio, da qual deverá participar na qualidade da acionista majoritária.

§ 1º O objeto social da sociedade ficará restrito ao propósito específico de outorga da concessão para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a operação e a manutenção das instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional para as instalações de transmissão da LT Cascavel Oeste - Foz do Iguaçu em 230 kV e Subestação de Foz do Iguaçu Norte - 230/138 kV - 150 MVA.

§ 2º Com a constituição autorizada pelo *caput* deste artigo, constituir-se-á sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

§ 3º A sociedade será administrada na forma de seu Estatuto Social, que disporá sobre composição, organização, atribuições, competência e funcionamento dos órgãos de sua administração executiva, bem como sobre os acordos de acionistas.

Art. 3º Fica o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel ou subsidiária integral desta, autorizado a alocar à sociedade, na forma da lei, os recursos humanos, materiais e financeiros necessários à realização do objeto social da sociedade de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Caso o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel ou subsidiária integral desta, julgue conveniente aos objetivos visados, poderá admitir, no consórcio ou na sociedade de propósito específico de que tratam os artigos 1º e 2º desta lei, a participação de empresa privada, desde que a Companhia Paranaense de Energia - Copel ou sua subsidiária integral continue participando majoritariamente em ambos.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

## MENSAGEM Nº 050/06

Curitiba, 21 de junho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre autorização para abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), aos Orçamentos das Secretarias de Estado da Educação e da Saúde, aprovados pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, alterada pelo artigo 5º, da Lei Estadual nº 15.122, de 18 de maio de 2006.

Os recursos de que tratam os créditos ora solicitados serão utilizados da seguinte forma:

- R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), serão utilizados pela Secretaria de Estado da Educação - SEED, em ações voltadas a reparos, melhorias, adaptações, reconstruções, aquisição de equipamentos e obras e demais serviços na área de Educação;

- R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), serão destinados à Secretaria de Estado da Saúde - Sesa, em ações e serviços voltados à área de saúde, principalmente em obras, reformas, reparos, adaptações, aquisições de equipamentos para as unidades de saúde, e na aquisição de medicamentos e insumos hospitalares.

Os recursos para os créditos ora propostos serão provenientes de recursos próprios do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, alterada pelo artigo 5º da Lei Estadual nº 15.122, de 18 de maio de 2006, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), sendo R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) ao Orçamento da Secretaria de Estado da Educação - SEED e R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) ao Orçamento da Secretaria de Estado da Saúde - Sesa.

Art. 2º Os recursos de que trata o artigo anterior serão utilizados em ações voltadas a reparos, adaptações, melhorias, reconstruções, aquisição de equipamentos e obras e demais serviços na área de Educação e na área da Saúde e para aquisição de medicamentos e insumos hospitalares.

Art. 3º Servirá como recurso para cobertura dos créditos de que tratam os artigos anteriores, Recursos

Próprios do Orçamento do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran aprovado pela Lei Estadual nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005, utilizando-se quaisquer das formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Os recursos de que trata o artigo 3º desta lei ficam, no que couber, excluídos das exigências do artigo 6º da Lei Estadual nº 7811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado, de 30 de dezembro de 1983.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## **Ofícios**

Sob o nº CTL/CC 139/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver **VETADO PARCIALMENTE** o Projeto de Lei nº 361/05, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 140/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver **VETADO PARCIALMENTE** o Projeto de Lei nº 603/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155 e 156/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei nºs:

**193/06:** de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a adquirir, por intermédio da Copel ou subsidiária integral desta, a totalidade das quotas que a Aquamarine Power Holdings, LCC e a El Paso Energia do Brasil Ltda., ambas do Grupo El Paso, detêm no capital social da El Paso Empreendimentos e Participações Ltda., conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 15.129. **Anote-se - Arquivo-se.**

**001/06:** de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel que especifica ao município de Irati, o qual convertido em lei tomou o nº 15.134. **Anote-se - Arquivo-se.**

**043/06:** de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel que especifica ao município de Conselheiro Mairinck, o qual convertido em lei tomou o nº 15.135. **Anote-se - Arquivo-se.**

**077/06:** de autoria do Deputado Elio Rusch, que obriga os estabelecimentos bancários em que estejam em operações equipamentos detectores de metais, a colocar

aviso alertando as pessoas portadoras de marcapasso cardíaco, o qual convertido em lei tomou o nº 15.136. **Anote-se - Arquivo-se.**

**164/06:** de autoria do Poder Executivo, que procede ajuste e conversão de fontes de recursos ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 2.628.556,00 conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 15.137. **Anote-se - Arquivo-se.**

**306/04:** de autoria do Deputado Rafael Greca, que assegura prioridade na tramitação dos processos e procedimentos administrativos e na execução dos atos e diligências em que figure pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, o qual convertido em lei tomou o nº 15.138. **Anote-se - Arquivo-se.**

**258/05:** de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a Política Estadual para a Promoção Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 15.139. **Anote-se - Arquivo-se.**

**734/05:** de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 11.035/95 e outras referentes a normas para sorteios da modalidade Bingo, o qual convertido em lei tomou o nº 15.140. **Anote-se - Arquivo-se.**

**800/05:** de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a proceder à permuta dos imóveis que especifica com o município de Jaguapitã, o qual convertido em lei tomou o nº 15.141. **Anote-se - Arquivo-se.**

**801/05:** de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao município de Nova Londrina, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 15.142. **Anote-se - Arquivo-se.**

**681/05:** de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que veda ao Estado conceder incentivos fiscais ou créditos de qualquer natureza para as empresas que por suas atividades causem danos à saúde e segurança dos trabalhadores, o qual convertido em lei tomou o nº 15.145. **Anote-se - Arquivo-se.**

**090/06:** de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, do imóvel que especifica, ao município de Francisco Beltrão, o qual convertido em lei tomou o nº 15.160. **Anote-se - Arquivo-se.**

**129/06:** de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar reversão do imóvel que especifica ao município de Toledo, o qual convertido em lei tomou o nº 15.161. **Anote-se - Arquivo-se.**

**161/06:** de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso da área que especifica, ao município de Bituruna, o qual convertido em lei tomou o nº 15.162. **Anote-se - Arquivo-se.**

**168/06:** de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, ao município de Mandaguari, o qual convertido em lei tomou o nº 15.163. **Anote-se - Arquivo-se.**

**189/06:** de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de

Jacarezinho, os imóveis que especifica, para uso, exclusivamente como estabelecimento de ensino, o qual convertido em lei tomou o nº 15.164. **Anote-se - Arquivo-se.**

626/05: de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 11.097/95, proibindo fabricação, transporte e comercialização de brinquedos assemelhados às armas de fogo, o qual convertido em lei tomou o nº 15.165. **Anote-se - Arquivo-se.**

169/06: de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação do imóvel que especifica ao município de Cruzeiro do Oeste, o qual convertido em lei tomou o nº 15.166. **Anote-se - Arquivo-se.**

500/05: de autoria do Deputado Rafael Greca, que concede o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à Juíza Joeci Machado Camargo, o qual convertido em lei tomou o nº 15.167. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 157/06, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 019/06. **Ao conhecimento da Casa.**

## Designação

### DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo ao disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Hermes Fonseca para representar esta Casa de Leis no evento Assembléia Geral da União dos Parlamentares do Mercosul - UPM, na Câmara dos Deputados, nos dias 22 e 23 de junho corrente, na cidade de La Plata - Província de Buenos Aires.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 1651

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 050/06, Projeto de Lei nº 362/06, de autoria do Poder Executivo, que solicita a aprovação de abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), aos Orçamentos das Secretarias de Estado da Educação e da Saúde.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

### REQUERIMENTO Nº 1652

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de

urgência para a Mensagem nº 049/06, Proposição nº 053/06, Proposta de Emenda Constitucional objetivando alterar a redação do *caput* do artigo 185 da Carta Constitucional do Estado.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

### REQUERIMENTO Nº 1677

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoioamento:

Miltinho Pupio.

### REQUERIMENTO Nº 1666

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação para que o Projeto de Lei nº 581/03, seja recolocado em pauta para a segunda votação em Plenário.

O referido projeto tem como objeto dispor sobre a divulgação por meio telemático das Receitas Tributárias e Execução Orçamentária dos Órgãos Estaduais.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

### REQUERIMENTO Nº 1667

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação para que o Projeto de Lei nº 426/05, seja recolocado em pauta para votação.

O referido projeto tem como objeto alterar o parágrafo único do artigo 17 da Lei nº 11.713/97 (Projeto de Ensino).

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

### REQUERIMENTO Nº 1650

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, que seja consignado nos Anais da Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Renato Buturi, 49 anos. Nasceu em Ponta Grossa, foi Diretor-Geral da Buturi Transportes. Em 24/07/90 foi fundador do Sindiponta, do qual foi Vice-Presidente até 1991, sendo reeleito para o mesmo cargo de 1992 a 2000; em março de 2004, foi eleito Presidente, cargo este que



deveria ocupar até dezembro de 2006, interrompido pelo seu falecimento em 29/05/06. Deixa a esposa Márcia e os quatro filhos: Renata, Oscar, Loreane e Victor.

Do aprovado, requer, ainda, seja comunicada a família enlutada, no seguinte endereço: Rua Souza Dantas, 830 - Vila Liane - Ponta Grossa/PR, CEP 84070-210. Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 1653

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, que seja consignado nos Anais da Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Sady Silveira de Souza, 76 anos; produtor rural, pioneiro na região de Londrina e Apucarana; foi Vereador na cidade de Apucarana nos anos 70. Seu lado prático nunca o afastou de suas poesias onde ele tão bem retratava a luta e os sonhos do homem do campo, como atuante cooperativista que foi.

Deixa a esposa Maria José e os quatro filhos: João Neto, Luciano, Janaína e Monalisa; também seis netos e dois bisnetos, seu maior patrimônio.

Do aprovado, requer, ainda, seja comunicada a família enlutada, no seguinte endereço: Rua Rubens Carlos de Jesus, 11 - casa 133, Londrina/PR, CEP 86055-240.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 1656

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família Port, de Marechal Cândido Rondon-PR, pelo falecimento do Sr. Roberto Port, no último sábado, dia 24 de junho.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação, manifesta solidariedade e condolências à família, rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável. Que as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de amor à família, ao trabalho e à comunidade que o Sr. Roberto Port deixou para todos nós.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa da Sra. Ana Port, via correspondência, a ser encaminhada à Rua São Paulo, 995, CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1657

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família Dreyer, de Quatro Pontes-PR, pelo falecimento do Sr. Neldo Reinoldo Dreyer, no último domingo, dia 25 de junho. A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação, manifesta solidariedade e condolências à família, rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de amor à família, ao trabalho e à comunidade que o Sr. Neldo Reinoldo Dreyer deixou para todos nós. Virtudes admiráveis e só vistas em pessoas muito especiais e abençoadas.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa da Sra. Nelli Dreyer, via correspondência, a ser encaminhada à Rua Santa Cruz, 256 - CEP: 85.940-000 - Quatro Pontes-PR.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1660

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família da Sra. Marinha Vieira Pessatti, pelo seu falecimento. A Sra. Marinha Vieira Pessatti era mãe de Márcio Pessatti, Secretário Geral do PT-PR.

Peço, portanto, a meus pares, apoio à proposta, solicitando ainda que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à família.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 1676

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Irineu Serpin.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1640

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de efusivas congratulações ao empresário paranaense Joel Malucelli, pelo recebimento do Prêmio Personalidade Aecic 2006.

Não poderia ser outra senão esta a decisão da Associação das Empresas da Cidade de Curitiba, outor-

gando o tradicional prêmio a tão ilustre personalidade, como o empresário Joel Malucelli, cujas empresas tanto contribuem para o desenvolvimento do Paraná.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente requer seja dado ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada ao homenageado, com votos de contínuo sucesso, à Rodovia do Café Km, 0,5, nº 315 - Mossunguê - CEP: 82.305-100 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1644

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Clevelândia, pela comemoração, no próximo dia 28 de junho, de seus 114 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Vanderlei Luiz Spinelli Valério, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Roberto Reisterfer, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Queremos, neste dia de festa e alegria, congratularmo-nos com toda a população de nossa querida e hospitaleira Clevelândia, que comemora mais um aniversário de sua emancipação política.

Com a proposta de unir forças para fazer do município um lugar ainda melhor, seu povo vem colaborando sobremaneira, pois onde habita um povo que trabalha e acredita, o desenvolvimento e o progresso aí estão de forma palpável para beneficiar toda a população.

Clevelândia é um respeitável acervo de tradições que não se esgota. Essa herança cultural tem sido preservada e multiplicada pelas novas gerações. Seu crescimento é resultado da junção de várias gestões administrativas, da determinação e da visão empreendedora do seu povo.

Temos reivindicado junto ao Governo do Estado, medidas concretas para beneficiar o desenvolvimento do nosso município, como: poço artesiano para a comunidade denominada de Cabeceira do Banho, próximo ao Distrito de Cel. Fermino Martins; uma guarda coberta para o Colégio Estadual Presidente Castelo Branco; um microcomputador para o Conselho Tutelar do município; quatro kits de materiais esportivos para o atendimento das comunidades, onde possam praticar várias modalidades esportivas; um aparelho produtor de oxigênio; dez aparelhos para medir pressão arterial; um aparelho eletrocardiográfico, para o posto de saúde de Clevelândia; materiais esportivos para o Colégio Professor Orestes Tonet, do município; implantação do curso profissionali-

zante do Magistério no Colégio Estadual João XXIII de Clevelândia; vinte kits esportivos para serem distribuídos nas escolas municipais e nos colégios estaduais do município; reforma da mangueira do Parque de Exposições Portal do Sudoeste, no referido município, sendo que nos dias 11 a 17 de setembro do corrente ano, acontecerá a tradicional 30ª Exposição Agroindustrial - EAPI do município de Clevelândia.

Os problemas são o ponto que une a todos os clevelandenses legítimos ou não, são eles que impulsionam o progresso. As grandes conquistas e os avanços mostram que é com trabalho e dedicação que se forja um grande e admirado município e se melhoram as condições de vida da população.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná sente-se honrado em parabenizar, por intermédio deste Deputado, toda a população honesta e trabalhadora do município de Clevelândia, que, orgulhosamente estará comemorando, no próximo dia 28 de julho, seus 114 anos.

#### REQUERIMENTO Nº 1655

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Academia Paranaense da Poesia, à poesia Chloris Casagrande Justen, ao Dr. Túlio Vargas e ao Desembargador Luiz Renato Pedroso, em razão da sessão solene do dia 29 de junho de 2006, quando a poetisa Chloris Casagrande Justen será empossada na Cadeira Patronímica 31, que tem como Patrono o Poeta José Cadilhe.

Na mesma oportunidade será efetuada justa homenagem, com a entrega do Diploma de Sócio Honorário aos escritores Dr. Túlio Vargas e Desembargador Luiz Renato Pedroso. O evento será realizado no Clube Curitibano, no Teatro Alcides Munhoz, revestindo-se da merecida solenidade que merecem as letras deste nosso Estado do Paraná.

A poesia é uma das mais importantes criações da humanidade, elevando o espírito e a criatividade.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1659

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de votos de congratulações e louvor à Escola Estadual Aline Picheth, desta Capital, pelos seus cinquenta anos de fundação, bem como seja enviada mensagem de cumprimentos na pessoa da sua Diretora, Professora Maria do Carmo Ribas Riekes.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Aline Picheth, localizada na Rua Eurípedes Garcês do Nascimento, 921, bairro Ahu,

nesta Capital, comemora, no próximo dia 06 de julho do corrente, cinquenta anos de sua insituição.

Trata-se de estabelecimento que atende ao referido bairro e outros próximos, e especialmente filhos de funcionários públicos que trabalham em órgãos estaduais situados no Centro Cívico. As vagas para o ingresso de estudantes naquele Educandário são disputadas no início de cada ano letivo, tendo em vista a qualidade de ensino ofertado.

Tendo como Diretora a Professora Maria do Carmo Ribas Riekes, o estabelecimento é exemplo para outros da capital e do Estado pela forma como é administrado e desenvolvidas as atividades de ensino.

Seu corpo funcional é formado por uma equipe de professores e servidores extremamente qualificados e dedicados à educação e à sua clientela estudantil, contando ainda a Escola com o fundamental apoio de pais, membros da APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários.

Diante do exposto, formulamos a presente proposição, consignando nos Anais desta Casa os cinquenta anos de fundação da Escola Aline Picheth, e o reconhecimento pelo profícuo trabalho da Direção, corpo docente, funcionários e pais do estabelecimento, que vêm prestando relevantes serviços à nossa sociedade.

#### REQUERIMENTO Nº 1662

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente, REQUERER voto de congratulações à Associação dos Núcleos Artesanais de Vizinhança que completa 25 anos, no dia 13 de julho de 2006.

Esta associação já tem inscritos em seu quadro, mais de 2800 artesão ao longo desses 25 anos, tendo atualmente em seu quadro mais de 550 artesãos cadastrados. Dá-se, através da associação, o atendimento de divulgação, comercialização, capacitação, nota fiscal, isenção de ICMS, crédito através do Banco do Brasil, e o mais importante, a regulamentação da profissão dos artesãos no Congresso Nacional.

Esteve presente em feiras internacionais tais como Feira Internacional de Artesãos em Córdoba, na Argentina.

Sendo merecedora desta singela homenagem, solicito ainda a especial gentileza em notificar a Presidente, Sra. Deonilda M. Machado, Presidente da ANAV, na Alameda Dr. Muricy, nº 970, 11º andar, sala 115, Centro, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 1643

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município

de Rio Azul, pela comemoração, no próximo dia 14 de julho de 2006, de seus 88 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que, da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Alexandre Burko, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. André Dusanoski, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população do Rio Azul.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que a população de Rio Azul estará, no próximo dia 14, festejando mais um aniversário de sua emancipação política.

Praticar a política, a sã política, é abraçar o sacrifício. Para tanto, são requeridos daquele que a ela se entrega, qualidades incomuns de coragem e abnegação aliados a uma inteligência esclarecida e conhecimento profundo dos problemas sociais e administrativos do município, como aconteceu e acontece com Rio Azul, para felicidade do seu povo.

Rio Azul, terra que abriga um povo acolhedor e amigo, que não mede esforços e vem colaborando sempre para o desenvolvimento do Município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, associa-se às homenagens devidas a toda a população de Rio Azul, na significativa data da comemoração de seus 88 anos de emancipação política.

#### REQUERIMENTO Nº 1671

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Atalaia, pela transcurso, no próximo dia 28 de julho, de seus 46 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que, da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Antônio Carlos Gílio, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Nilson Aparecido Martins, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Atalaia.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A homenagem que através desta proposição queremos prestar ao município de Atalaia, por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza de toda a região.

Nada mais confortante para nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná, que saudar efusivamente à população grandiosa de Atalaia, na data magna da comemoração dos seus 46 anos de emancipação política, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes

de encarar a confiança de todos, com a invencível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e mulheres dão vida à administração municipal, puderam e podem testar os desafios colocados por um município em permanente transformação.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas a toda a população de Atalaia no transcurso de seus 46 anos, parabenizando a todos na data tão significativa.

#### REQUERIMENTO Nº 1672

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Mariópolis, pela transcurso, de seus 46 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Benigno José Taffarel, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Nadir Pereira, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população do Mariópolis.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Mariópolis, radiante de alegria, estará no próximo dia 25 de julho/06 comemorando a passagem de seus 46 anos de emancipação política.

Com esta proposição, queremos homenagear toda a população mariopolitana que ao longo desses anos vem lutando e trabalhando diuturnamente para que o Município continue sendo um exemplo de progresso.

Também externamos nosso sentimento de gratidão e reconhecimento aos administradores de todos os tempos, pela incansável luta por melhores condições de vida aos seus munícipes.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se às homenagens que serão prestadas a toda a população de Mariópolis na significativa data de seu 46º aniversário.

#### REQUERIMENTO Nº 1673

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Barbosa Ferraz, pelo transcurso, no próximo dia 25 de julho, de seus 46 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Mário César Lopes de Carvalho, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Arquimedes Gasparetto, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população do Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 25 de julho, o município de Barbosa Ferraz estará comemorando o seu 46º aniversário de emancipação política, e é com muita satisfação que constatamos que o Município atravessa uma fase de desenvolvimento significativo.

A certeza de dias melhores, aliado a tudo o que o povo já conquistou com trabalho e dedicação, com respaldo de seus representantes, bem como a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente se transformará em realidade.

É possível sentir e viver hoje a transformação de Barbosa Ferraz, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las sempre contando com o apoio e a participação do seu povo, exultante de contentamento com progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se às homenagens que serão prestadas ao município de Barbosa Ferraz, na significativa data de mais um aniversário de sua emancipação política.

#### REQUERIMENTO Nº 1674

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Tuneiras do Oeste, pelo transcurso, no próximo dia 08 de julho, de seus 46 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que, da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Walter Luiz Ligerio, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Jean Carlos Sartori Skiba, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população do Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, homenageia com este voto, a laboriosa população de Tuneiras do Oeste, pelo transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política, no próximo dia 08 de julho do corrente ano.

Em 1946, estabeleceu-se na localidade conhecida como Sertão de Guairá o Sr. Jorge Lopes, nomeado pelo Governo do Estado para ser Guarda Florestal.

A colonização da região teve início em 1951, com a vinda das famílias de Hilário José da Silva, Antônio Rodrigues Bara, Joaquim Gonçalves da Luz e José Cícero da Silva, que ali se fixaram, lançando sua semente colonizadora. As terras da região eram devolutas, e foram cedidas pelo Governo do Estado aos colonos, que deram início à formação de um povoado ao qual denominaram de Tuneiras.

Em 1952, estabeleceu-se o comerciante Antônio Vital. A 25 de abril de 1955, pela Lei Municipal nº 12, Tuneiras foi elevada à categoria de Distrito Administrativo, com território pertencente a Peabiru.

Pela Lei nº 4.245, do dia 25 de julho de 1960, Tuneiras foi elevado à condição de município emancipado, com a denominação de Tuneiras do Oeste, com território desmembrado de Cruzeiros do Oeste e parte do território do município de Cianorte.

#### REQUERIMENTO Nº 1638

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dr. Seishin Yogi. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1675

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Alírio Uhlmann. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1654

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Maringá, Sílvio Magalhães Barros II<sup>1</sup>, bem como ao Secretário de

Serviços Públicos, Engenheiro Diniz Afonso<sup>2</sup>, encaminhando aos mesmos as reivindicações dos moradores do Jardim São Jorge, Vila Vardelina, Jardim Tropical e Conjunto Planvile, no sentido da instalação de campo de futebol em terreno já existente na Avenida das Torres. Reivindicam, ainda, a instalação de semáforo no Jardim São Jorge.

Segundo os moradores da região (Lucas Articer - luaart@bol.br; Pedro Antônio dos Santos - pedrocompositor@bol.br; e Sebastião Batista setista@bol.br.), essas obras já foram reivindicadas à Prefeitura desde longa data. Segundo o Sr. Sebastião Batista ele já esteve inclusive no Programa do Pinga-Fogo falando sobre as dificuldades da região.

Os moradores das citadas localidades estão revoltados com a demora no atendimento, razão pela qual é essencial a imediata solução do problema.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1668

Senhor Presidente:

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Hermas Eurídes Brandão, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja enviado o presente requerimento, ao Exmo. Sr. Presidente da República (com cópia à Casa Civil), sobre a definição do sistema de TV digital a ser implantado no país, conforme justificativa em anexo, requerendo ao Governo Federal que:

1) a decisão sobre o modelo de rádio e TV digitais a ser adotado pelo Brasil seja adiada;

2) o debate seja democrático, incluindo a sociedade civil, os parlamentos e os demais atores envolvidos no processo;

3) seja discutida e aprovada uma nova legislação para a TV e o rádio digitais, antes de escolher o modelo, de modo a que prevaleça o interesse público;

4) volte a ser discutido o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), pois é o único que contempla todas as necessidades do país, além de apresentar uma série de inovações significativas em relação aos outros sistemas. A conclusão deste sistema demanda apenas mais sete meses de pesquisa.

Esta decisão permitirá ao país tornar-se um produtor e exportador de alta tecnologia, deixando de ser consumidor passivo de produtos importados.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Tadeu Veneri.

JUSTIFICATIVA:

A introdução da rádio e da TV digitais no Brasil pode apresentar um grande passo na democratização da

1. Rua XV de Novembro, 701 - Maringá-PR - CEP 87.013-230.

2. Av. das Indústrias, 700 Maringá - PR - CEP 87.045-360.

comunicação, na oferta de serviços fundamentais ao exercício da cidadania, no desenvolvimento tecnológico e na geração de empregos qualificados, além de possibilitar a criação de um instrumento de educação em massa sem precedentes. Estes princípios estão consagrados no Decreto Presidencial 4.901, de 2003, que criou o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD).

A atual legislação que regulamenta o rádio e a TV data do distante ano de 1962, não abrangendo os desafios da digitalização. Por isso, o Brasil deve fazer como vários outros países, que primeiro aprovaram uma nova legislação para o setor (após debate com a sociedade civil) para depois introduzir a TV e o rádio digitais. Do contrário, corremos o risco da manutenção dos atuais privilégios que a legislação concede ao oligopólio privado da mídia.

A discussão para a introdução do rádio e da TV digitais está sendo feita exclusivamente com os grandes empresários da comunicação, de forma centralizada e antidemocrática. A possibilidade de ampliar o número de canais de TV aberta está ameaçada, bem como o surgimento de um amplo processo de inclusão digital. Também está ameaçada a criação de uma rede de educação nacional, integrando instituições de ensino, assim como a migração dos canais públicos (TV Senado, TV Câmara, TV Universitária, etc) para o sinal aberto.

Por isso, a Assembléia Legislativa do Paraná solicita ao governo federal que:

1) a decisão sobre o modelo de rádio e TV digitais a ser adotado pelo Brasil seja adiada;

2) o debate seja democrático, incluindo a sociedade civil, os parlamentos e os demais atores envolvidos no processo;

3) seja discutida e aprovada uma nova legislação para a TV e o rádio digitais, antes de escolher o modelo, de modo a que prevaleça o interesse público;

4) volte a ser discutido o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), pois é o único que contempla todas as necessidades do país, além de apresentar uma série de inovações significativas em relação aos outros sistemas. A conclusão deste sistema demanda apenas mais sete meses de pesquisa.

Esta decisão permitirá ao país tornar-se um produtor e exportador de alta tecnologia, deixando de ser consumidor passivo de produtos importados.

#### REQUERIMENTO Nº 1669

Senhor Presidente:

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Hermas Eurídes Brandão, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, seja enviado o presente requerimento, ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, sobre a definição do sistema de TV digital a ser implantado no país, conforme justificativa em anexo, requerendo ao Governo Federal que:

1) a decisão sobre o modelo de rádio e TV digitais a ser adotado pelo Brasil seja adiada;

2) o debate seja democrático, incluindo a sociedade civil, os parlamentos e os demais atores envolvidos no processo;

3) seja discutida e aprovada uma nova legislação para a TV e o rádio digitais, antes de escolher o modelo, de modo a que prevaleça o interesse público;

4) volte a ser discutido o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), pois é o único que contempla todas as necessidades do país, além de apresentar uma série de inovações significativas em relação aos outros sistemas. A conclusão deste sistema demanda apenas mais sete meses de pesquisa.

Esta decisão permitirá ao país tornar-se um produtor e exportador de alta tecnologia, deixando de ser consumidor passivo de produtos importados.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Tadeu Veneri.

JUSTIFICATIVA:

A introdução da rádio e da TV digitais no Brasil pode apresentar um grande passo na democratização da comunicação, na oferta de serviços fundamentais ao exercício da cidadania, no desenvolvimento tecnológico e na geração de empregos qualificados, além de possibilitar a criação de um instrumento de educação em massa sem precedentes. Estes princípios estão consagrados no Decreto Presidencial 4.901, de 2003, que criou o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD).

A atual legislação que regulamenta o rádio e a TV data do distante ano de 1962, não abrangendo os desafios da digitalização. Por isso, o Brasil deve fazer como vários outros países, que primeiro aprovaram uma nova legislação para o setor (após debate com a sociedade civil) para depois introduzir a TV e o rádio digitais. Do contrário, corremos o risco da manutenção dos atuais privilégios que a legislação concede ao oligopólio privado da mídia.

A discussão para a introdução do rádio e da TV digitais está sendo feita exclusivamente com os grandes empresários da comunicação, de forma centralizada e antidemocrática. A possibilidade de ampliar o número de canais de TV aberta está ameaçada, bem como o surgimento de um amplo processo de inclusão digital. Também está ameaçada a criação de uma rede de educação nacional, integrando instituições de ensino, assim como a migração dos canais públicos (TV Senado, TV Câmara, TV Universitária, etc) para o sinal aberto.

Por isso, a Assembléia Legislativa do Paraná solicita ao governo federal que:

1) a decisão sobre o modelo de rádio e TV digitais a ser adotado pelo Brasil seja adiada;

2) o debate seja democrático, incluindo a sociedade civil, os parlamentos e os demais atores envolvidos no processo;

3) seja discutida e aprovada uma nova legislação para a TV e o rádio digitais, antes de escolher o modelo, de modo a que prevaleça o interesse público;

4) volte a ser discutido o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), pois é o único que contempla todas as necessidades do país, além de apresentar uma série de inovações significativas em relação aos outros sistemas. A conclusão deste sistema demanda apenas mais sete meses de pesquisa.

Esta decisão permitirá ao país tornar-se um produtor e exportador de alta tecnologia, deixando de ser consumidor passivo de produtos importados.

#### REQUERIMENTO Nº 1670

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação do pedido para que a Presidência desta Casa se manifeste acerca do Acórdão nº 78/06, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A manifestação é no sentido de saber se os funcionários da Casa podem, a partir de julho/06, receber os seus salários em instituições bancárias de suas livres escolhas e indicações.

O STF - Supremo Tribunal Federal, através do ADIn - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.578-9, já se manifestou acerca do assunto.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência aos funcionários bem como entregue cópia da manifestação final da Presidência.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

### ***Projetos de Lei***

#### PROJETO DE LEI Nº 364/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Borrazópolis, os lotes nº 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, da quadra nº 77, matrícula nº 3450, lote nº 04, da quadra nº 28, Registro nº 20527 e lote nº 13, da quadra nº 29, matrícula nº 6951, sendo que, todos os lotes estão situados no perímetro urbano da cidade de Borrazópolis, comarca de Apucarana, Estado do Paraná.

Parágrafo Único. As dotações dos imóveis a que se refere o *caput* deste artigo, deverão ficar gravadas com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo ser os imóveis, utilizados exclusivamente para os objetivos inerentes à administração pública municipal, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) ALEXANDRE CURI

#### **JUSTIFICATIVA:**

A presente proposta visa devolver ao município de Borrazópolis, os lotes urbanos que foram doados ao Estado do Paraná por leis municipais, no sentido de viabilizar as obrigações constitucionais previstas nas constituições anteriores à Constituição de 1988 e suas emendas, que transferiram aos municípios várias obrigações, que eram exclusivas do Estado, como: saúde, educação, etc.

Os lotes de nºs 11 ao 19, da quadra nº 77, matrícula 3450 de 26/12/1977, da comarca de Faxinal, foram doados à Fundepar - Fundação Educacional do Estado do Paraná, pela Lei Municipal nº 214/78, para a construção de doze salas de aula do Grupo Escolar Dom Bosco, hoje Escola Municipal Dom Bosco, para atendimento do ensino fundamental.

O lote nº 04 da quadra nº 28, Registro nº 29527, de 19/07/1968 da comarca de Apucarana, doado à Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, de acordo com a Lei Municipal nº 01/67, onde funciona até os dias de hoje o centro de saúde que se encontra em péssimo estado de conservação, necessitando de reformas urgentes.

O lote nº 13 da quadra nº 29, matrícula nº 6951 de 04/08/82, da comarca de Faxinal, município de Borrazópolis, doado ao Estado do Paraná, pela Lei Municipal nº 279/82, onde hoje funciona o Conselho Tutelar, posto do Detran e da Secretaria da Agricultura.

Sem a devolução desses lotes urbanos, o Município não poderá aplicar recursos próprios para reformas, ampliação e manutenção das benfeitorias construídas sobre os mesmos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 365/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica denominada de Prefeito João Maria Claudino, a PR-281, trecho de acesso ao município de Tijucas do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) ALEXANDRE CURI

#### **JUSTIFICATIVA:**

A presente proposta visa homenagear um grande defensor do município de Tijucas do Sul, João Maria Claudino.

Falecido no dia 13 de maio de 2006, Claudino sempre foi solidário com os mais humildes.

Começou sua vida profissional trabalhando na lavoura e pecuária, passando somente mais tarde a trabalhar na política.

Foi eleito Vereador em 1969, onde foi o mais votado, e assim, assumiu o cargo de Presidente da Câmara. Em 1973, elegeu-se Prefeito de Tijucas do Sul pela primeira vez, repetindo tal feito em 1992 e em 2000.

Quando não estava administrando o Município, trabalhava como autônomo com agricultura, erva-mate, sem deixar de prestar atendimento à população.

PROJETO DE LEI Nº 366/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza a Assembléia Legislativa a ceder sob convênio, profissionais da área médica, e outros que estejam dentro do quadro próprio para entidades de ensino público estadual.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Com a mudança administrativa da Assembléia Legislativa, os profissionais na área de saúde deste Poder estão em desfunção interna, e, em respeito ao erário público, utilizaremos esta mão-de-obra qualificada (médicos, fisioterapeutas e psicólogos) em prol da sociedade paranaense, beneficiando, nas instituições de ensino estadual, estudantes e funcionários públicos em atuação.

PROJETO DE LEI Nº 367/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A alínea “a” do inciso I do artigo 14 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 14...*

*I -...*

*a) cervejas de malte classificadas na posição 22.03 da NBM/SH.*

Art. 2º A alínea “c” do inciso VI do artigo 14 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 14...*

*VI -...*

*c) bebidas alcoólicas classificadas nas posições 2204, 2205, 2206 e 2208 da NBM/SH.*

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil do mês subsequente à sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei propõe o realinhamento da alíquota do ICMS sobre cervejas (produtos da posição 2203 NBM/SH) em 25% (vinte e cinco por cento), buscando sua equalização com as alíquotas desse produto praticados pelos demais Estados do Sul do Brasil (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), além dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sendo que os maiores estados do Brasil, a saber: São Paulo e Minas Gerais praticam alíquota substancialmente menores (18%), bem como o Estado do Rio de Janeiro que pratica a menor alíquota do Brasil para este produto (17%).

A atual alíquota de 27% praticada no Estado do Paraná, ao contrário do que objetiva, reduz o mercado potencial do Estado e incentiva uma forte invasão de produtos que aqui são vendidos ilegalmente e que deixam de gerar tributos no Estado.

Uma alíquota menor, conforme demonstrado a seguir, por levantamento de dados feitos por empresas do setor instaladas no Estado do Paraná, contribuiria para o aumento do mercado de cervejas, reduziria o mercado ilegal e, conseqüentemente, aumentaria a arrecadação do Estado, que não teria perdas de receitas.

PROJETO DE LEI Nº 368/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a proceder à doação para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae, situada à Rua Cuiabá, 336, no município de Planaltina do Paraná, dos terrenos estaduais situados na quadra 158, no quadro urbano da cidade de Planaltina do Paraná, de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem - DER do Estado do Paraná, com matrícula no Registro de Imóveis nº 3338, do município de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná, onde estão assim localizados: lotes nºs 01, 02, 03 e 04, situados na Rua Londrina, os lotes nºs 05, 06 e 07, situados na Av. Paranaíba e os lotes nºs 18, 19 e 20, situados na Rua Colombo, todos na cidade de Planaltina do Paraná, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa auxiliar o atendimento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae, do município de Planaltina do Paraná.



Considerando que a Apae necessita da doação de terrenos para construção de sua sede, bem como de futuras construções de quadra de esportes, estufas de floricultura e horticultura e outras benfeitorias que possam dar atendimento aos excepcionais na sua promoção pessoal e de qualidade de vida.

Outrossim, dispensa-se qualquer justificativa sobre o atendimento e trabalho desenvolvido em prol dos excepcionais que a Apae desenvolve.

Diante do exposto, encaminhamos o aludido projeto à aprovação dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 369/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Walter Pitol.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) ELIO RUSCH

**JUSTIFICATIVA:**

Já tenho me manifestado em oportunidades anteriores, por achar ser de justiça que os grandes feitos devem ser reconhecidos, aplaudidos e laureados aqueles que os protagonizam.

Reconhecer transcende, foge ao exatismo dos números, às quantificações precisas e à dinâmica das transformações da evolução humana. Saber reconhecer é uma honra e numa base mais profunda, acredito até que seja um dever.

Os feitos e as obras não acontecem sem a mística do querer e do realizar. Mas, não basta apenas essas premissas. É necessário algo a mais. E esse “a mais” somente é dado aos que têm o dom e a capacidade de liderar, formar, unir, construir e solidificar. Como dizem os poetas: “neles é o idealismo e a força de vontade que impulsiona, nasceram para edificar, ganharam a graça das grandes realizações”.

Como tenho apontado em outros momentos, é nesse processo delicado e complexo de edificar que transparece o verdadeiro espírito norteador de um grande líder, caracterizado pela coerência de atitudes, determinação, confiança, força de liderança e visão de futuro. Virtudes que concretizam, agigantam e tornam exitosas as organizações, consolidadas geradoras de desenvolvimento e de estabilidade econômica.

Por assim entender, pela sua biografia adiante exposta e por reconhecer nele um empreendedor corajoso, um dirigente capaz e um proeminente administrador, cujas qualidades se expressam no gigantismo alcançado pela Cooperativa.

PROJETO DE LEI Nº 370/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Produtos Artesanais da Lapa - APPA, com sede e foro no município da Lapa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Produtores de Produtos Artesanais da Lapa - APPA, com sede e foro no município da Lapa, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade desenvolver atividades de coordenar, proteger e representar aqueles que se dedicam à fabricação ou produção de produtos destinados à alimentação humana, de origem animal, vegetal e outros.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 371/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Pérola d'Oeste, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) MARCOS ISFER

**JUSTIFICATIVA:**

A APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Pérola d'Oeste, é uma associação civil, com personalidade jurídica de Direito Privado, sem fins econômicos, de caráter beneficente e de assistência social.

Fundada em 05 de agosto de 1981, com sede na Rua Presidente Costa e Silva, s/nº, comarca de Capanema, a APMI tem como finalidade a promoção social da família, assistindo, em particular, à maternidade, à infância, à adolescência, ao deficiente e à terceira idade, através de educação, da formação profissional, da segurança alimentar e nutricional, da promoção do voluntariado, da promoção do desenvolvimento econômico e social.

Visa, também, combater à pobreza, a experimentação não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos, e de sistemas alternativos de produção, comércio e crédito

e de estudos e pesquisas; do desenvolvimento de tecnologia alternativa, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades aludidas neste artigo.

Desta forma, esperamos contar como apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 372/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Programa do Voluntariado Paranaense - Provopar, com sede e foro no município de Pérola d'Oeste no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Pérola d'Oeste, é uma associação civil, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, cultural, esportivo, social, ambiental, beneficente e filantrópico.

Fundado em 20 de junho de 1994, com sede na Rua Presidente Costa e Silva s/nº, Centro, CEP: 85.740-000, o Provopar tem como finalidade e objetivos específicos: melhorar a condição de vida da população vulnerável, por meio de Programas Especiais; incentivar a comunidade no processo de desenvolvimento social, para maior participação; organizar a ação do voluntariado, para melhoria dos serviços prestados nas diferentes entidades sociais em nosso município; orientar os municípios na elaboração de projetos sociais; promover a integração do programa com órgãos oficiais que atuam no campo social para melhor atendimento às entidades sociais; incentivar a formalização da produção artesanal do município.

Visa, também, promover cursos de iniciação profissional; estudos, exposições, espetáculos de caráter profissional ou amador; promover palestras, debates, encontros, conferências, cursos, simpósios, seminários e treinamentos próprios; divulgar os objetivos, finalidades e ações da entidade.

Dessa forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 373/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Inclui o inciso II ao parágrafo 2º do artigo 29 da Lei nº 15.050/2006, que autoriza o Poder Executivo

Estadual a conceder a GS - Gratificação de Saúde, aos Agentes Universitários, integrantes das UPA - Unidades de Psicologia Aplicadas, dos HU's - Hospitais Universitários, pertencentes às IEES - Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos mesmo termos dos servidores do QPPE - Quadro Próprio do Poder Executivo.

“II - Estão incluídos no benefício da GS - Gratificação de Saúde, de forma linear e mensal no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), os Agentes Universitário, integrantes das UPA - Unidades de Psicologia Aplicadas, expressa na classe e local indicados na Tabela do Anexo V da presente lei.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 1º de junho de 2006.

Sala das Sessões, em 26.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo conceder de forma linear, a GS - Gratificação de Saúde, também aos Agentes Universitários, integrantes das UPA - Unidades de Psicologia Aplicadas, que estão lotados nas clínicas - escolas de Psicologia dos HU's - Hospitais Universitários, pertencentes às IEES - Instituições Estaduais de Ensino Superior.

A Lei Estadual nº 15.050, publicada no Diário Oficial nº 7.205, de 12.04.06, esqueceu de contemplar as UPA - Unidades de Psicologia Aplicada, onde funcionam as clínicas-escolas de Psicologia.

A Lei Orgânica de Saúde, nº 8.080/1990, em seu artigo 4º, assim descreve: “O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgão e Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde”.

A Lei de Saúde Mental, nº 36/1988, em seu artigo 3º, assim expressa: “A prestação de cuidados de saúde mental é assegurada por equipes multidisciplinares habilitadas a responder, de forma coordenada, aos aspectos médicos, psicológicos, sociais, de enfermagem e de reabilitação.

A OMS Organização Mundial de Saúde, considera desde 1.983, que o completo bem-estar físico, social e “mental” dos pacientes, também é questão de saúde pública, por isso, os profissionais de psicologia, integram as equipes multidisciplinares, no momento do atendimento às pessoas necessitadas.

A título ilustrativo, na UEM - Universidade Estadual de Maringá, a UPA - Unidade de Psicologia Aplicada atendeu no ano de 2004, 6.426 pessoas e no ano de 2005, 7.850 pacientes.

Tendo em vista que a natureza dos serviços prestados à comunidade paranaense, pelos serviços das IEES, lotados nos HU's, ser a mesma desempenhada pelos servidores do QPPE, lotados nas unidades de Psicologia, é considerada de Saúde do Estado do Paraná.

Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

### ***Horário das Lideranças:***

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Como o Pequeno e o Grande Expediente foram ocupados para a homenagem aos 45 anos do BRDE, passamos ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças: Bloco PP; PSB (...)

**O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, apenas para comunicar a presença da Vereadora Ivonéia Furtado, de Mandaguari, que se encontra entre nós no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nossa saudação à ilustre Vereadora.

Quero, antes de o Deputado André Vargas usar da palavra Pela Ordem, participar aos nossos ilustres visitantes, professoras e professores, que os Projetos nºs 149 e 150 estarão na pauta de amanhã, às 09 horas.

**(Manifestação das pessoas que ocupam as galerias)**

Não vai estar mais na pauta. Não estão satisfeitos, não estará na pauta de amanhã também.

**(Manifestação das pessoas que ocupam as galerias)**

Não estará na pauta.

Bloco PTB/PL/PRB.

**(Declinam)**

**(Manifestação das pessoas que ocupam as galerias)**

Está suspensa a Sessão!

Está reaberta a Sessão.

Tendo a compreensão dos professores que realmente estará na pauta de amanhã o Projeto de Lei nº 149/150, damos continuidade à Sessão.

Voltando ao horário das lideranças, no horário do PT concedo a palavra ao Deputado André Vargas.

### ***Liderança do PT: Deputado André Vargas***

**O SR. ANDRÉ VARGAS**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço uso da palavra, autorizado pelo Líder do meu Partido, Ângelo Vanhoni, em função da previsão que tínhamos, inclusive anunciado pela própria Gazeta do Povo, que a votação do Projeto 149/150 ocorreria hoje. Para cá acorreram os professores e professoras, líderes, para acompanhar a votação, já que têm interesses legítimos.

Imaginávamos e imaginavam também os professores, que isso ocorreria, o Deputado Ângelo Vanhoni hoje mesmo lembrou que o Projeto 151, que trata das disciplinas de Filosofia e Sociologia, também foi votado na

última quarta-feira em conjunto com os Projetos 149/150, ambos votados de forma unânime.

Portanto, Sr. Presidente, em função do impasse, propusemos, com os companheiros e companheiras que aqui vieram acompanhar os projetos; também propusemos a V. Exa. e ao líder do Governo - que aqui não está - e seria importante que estivesse -, que, como V. Exa. anunciou, esses projetos estariam em primeiro lugar da Pauta da Sessão de amanhã, às 9 horas, Sessão Especial, já que tem jogo do Brasil. Desculpe, o Deputado Dobrandino está aqui.

Então, o entendimento e o acordo que teríamos é que nós, na 2ª discussão, votaríamos o projeto.

Naturalmente, gostaria de ouvir e V. Exa. não precisa falar novamente, V. Exa. já falou de início que estará na pauta mas, gostaria de ouvir o Deputado Dobrandino, não está presente o Líder da Oposição, mas imagino que todos temos interesse que amanhã, SIM ou NÃO, naturalmente defendendo o SIM favoravelmente ao projeto de autoria de 22 Srs. Deputados desta Casa.

Há legitimidade daqueles que defendem NÃO, têm os seus argumentos, mas que possamos votar o projeto.

Era isso, Sr. Presidente, acho que temos mais três, quatro dias no máximo, há projetos na pauta, em 1ª votação, de interesse do Governo, para os projetos terem validade têm que ter três votações. Então, esses mesmos projetos estarão amanhã em 2ª votação. O entendimento político era esse.

Não sei se o Deputado Dobrandino gostaria de usar a palavra, acho que seria importante selarmos esse acordo, que amanhã, estando na pauta, votássemos o projeto, SIM, ou NÃO e virássemos essa página. Mas, esse entendimento tem que ser como qualquer outro feito aqui, tem que ser cumprido. Vejam bem, apresentamos esse projeto há alguns meses atrás. Ele estava na pauta, e o Deputado Caíto Quintana, também o Chefe da Casa Civil, que faz as articulações políticas, Deputado Nelson Justus, e ambos, juntamente com o Deputado Alexandre Curi, solicitaram que eu retirasse o projeto por sete Sessões para que abrissemos negociações com o Governo.

Reuniões foram correndo e aguardando, porque acordo temos que cumprir. Nenhum avanço houve. Não vou entrar no mérito, porque negociações ocorrem para avançar e muitas vezes não avança.

Mas, solicitaram que tirássemos de pauta e o fizemos, e agora, queremos que se vote o projeto. Já foi votado em 1ª discussão. Portanto, a questão da constitucionalidade, vício de origem, já foi votado. Agora, na segunda é mérito.

Era isso. Apenas para que pudéssemos avançar do ponto do entendimento feito na sala da Presidência, aqui ao lado, para que, honrando o compromisso, pudéssemos virar essa página amanhã.

Era isso, Sr. Presidente.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 47 Srs. Deputados:

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, expediente subscrito pela Comissão Executiva constante do expediente, designando o Sr. Deputado Hermes Fonseca para representar esta Casa de Leis, na Assembléia Geral da União dos Parlamentares do Mercosul - UPM - na Câmara dos Deputados na cidade de La Plata - Província de Buenos Aires, nos dias 22 e 23 de junho. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***2ª Discussão (Votação em)***

#### **ITEM 01**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 747/05, de autoria da Deputada Elza Correia, que dispõe sobre a implementação da Política de Desenvolvimento urbano e regional

para o Estado do Paraná - PDU, os planos de desenvolvimento regionais e os planos diretores municipais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda nº 1. **Aprovada.**

Em votação a Emenda nº 2. **Aprovada.**

## ***Redação Final***

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 494/04, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que disciplina, controla e fiscaliza o comércio de tintas em recipiente de spray no Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/04, de 14.12.04, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 259/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/06, aprovando abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 573.000,00 (quinhentos e setenta e três mil reais), ao vigente orçamento do Centro de Convenções de Curitiba - CCC, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005. (Reforma do próprio Centro de Convenções). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 259/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 573.000,00 (quinhentos e setenta e três mil reais), conforme anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do Centro de Convenções de Curitiba, no exercício de 2005.

Art. 3º Em decorrência do contido do artigo 2º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme anexo II desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua aplicação.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

Suplemen- tação de despesa	Anexo I					fl. 01 r\$ 1,00	
Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr. Fone	LDR	Valor	N.Do Proc. Cop
6300	Secretaria de Estado do Turismo						
6371	Centro de Convenções de CURITIBA S/A - CCCTBA						
2839	Administração das atividades do Centro de Convenções de Curitiba	3390.30	250	95	1	100.000	0511
		3390.39	250	95	1	123.000	0511
		3390.47	250	95	1	50.000	0511
		4490.52	250	95	1	300.000	0511
TOTAL						573.000	

Acréscimo da Receita Descentralizada	Anexo II			FL. 02 R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	Valor	Processo
	Secretaria de Estado do Turismo				
6371	Centro de Convenções de Curitiba S/A - CCCTBA				
1990.05.50	Saldos de Exercícios Anteriores (Diretamente Arrecadados)	250	95	573.000	0511
TOTAL				573.000	

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 263/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Agentes Ambientais e de Reciclados Palotina Preserva A-Pava, com sede e foro no município de Palotina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 263/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Agentes Ambientais e de Reciclados Palotina Preserva - A-Pava, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) ALEXANDRE CURTI - Presidente  
LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 285/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/06, aprovando um ajuste alterando o vigente Orçamento da Secretaria de Estado da Educação, no valor de R\$ 2.382.303,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e três reais). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 285/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica procedido o ajuste no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 2.382.303,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e três reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica incluído o Anexo de Obras da Secretaria de Estado da Educação, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

**Acréscimo de  
Despesa**

**Anexo I**

**Fl. 01  
R\$ 1,00**

Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr. Fonte	LDR	Valor	N. do Proc. COP
4100	Secretaria de Estado da Educação						
4103	Superintendência de Educação						
1050	Projeto, Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID - SEED	4490.51	136	15	L	2.382.303	0599
TOTAL						2.382.303	

**Redução de  
Despesa**

**Anexo II**

**Fl. 01  
R\$ 1,00**

Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr. Fonte	LDR	Valor	N. do Proc. COP
4100	Secretaria de Estado da Educação						
4103	Superintendência de Educação						
1050	Proj., Expansão, Melhoria e Inovação no Ens. Médio do PR - PROEM/BID - SEED	4490.39	136	15	L	2.382.303	0599
TOTAL						2.382.303	

**Acréscimo de  
Obras**

**Anexo III**

**Fl. 01  
R\$ 1,00**

Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	ALO	Valor	Processo
4100	Secretaria de Estado da Educação					
4103	Superintendência de Educação					
1050	Projeto, Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID - SEED					
280	Curitiba					
0002	Executar ampliação e melhorias no Cetepar	136	15	L	1.713.034	0599
474	Londrina					
0001	Executar melhorias e reforma no Colégio Estadual Jamile Dequech	136	15	L	669.269	0599
TOTAL		Tes.		L	2.382.303	

## 2ª Discussão

### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, instituindo as disciplinas de Filosofia e de Sociologia como disciplinas obrigatórias na grade curricular do Ensino Médio do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/06, autorizando o Poder Executivo a utilizar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDA DA CO AO SUBSTITUTIVO GERAL.

Sobre o referido projeto Emenda Aditiva de Plenário, de nº 01, nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 165/06

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei 165/06, oriundo da Mensagem 026/06 do Governo do Estado, objetiva acrescentar ao artigo 1º, parágrafo único, conforme redação que segue:

*Art. 1º...*

*Parágrafo Único. A utilização dos recursos de que trata este artigo fica condicionada à manutenção das reservas financeiras destinadas à cobertura de compromissos já consignados em orçamento, ou de obrigações de natureza judicial que venham a onerar o Fundo.*

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL, RENI PEREIRA, ELIO RUSH, BARBOSA NETO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

**O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça**

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/06, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declarando de Utilidade Pública o Clube de Mães Nossa Senhoras de Fátima, com sede e foro no município de Dois Vizinhos. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/06, de autoria do Deputado Jocelito Canto, declarando de Utilidade Pública o Grupo Renascer de Apoio aos Homossexuais, com sede e foro no município de Ponta Grossa. PARE-

CER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## 1ª Discussão

### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, alterando o artigo 1º da Lei nº 12.260, de 12 de julho de 1999, alterada pela Lei nº 12.765, de 17 de dezembro de 1999, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Londrina - AAL. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 014/06, de 15.03.06).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 096/06

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objetivo alterar a denominação da Associação dos amigos de Londrina - AAL, para Associação dos Amigos do Paraná - Amipar, já legalmente declarada de Utilidade Pública.

##### Constitucionalidade e Legalidade

Cabe ressaltar, preliminarmente, que a associação em questão continua de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, cumprindo requisitos para a declaração de Utilidade Pública a uma instituição. No entanto, o que pretende o projeto de lei em tela é a mudança na denominação da associação já declarada de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta análise técnica se aterá aos requisitos de mudança de denominação da associação, bem como mudança de estatuto, de acordo com a legislação civil vigente.

Nesse sentido, dispõe a Lei Federal 10.406 de 2002 - Código Civil:

*Art. 67. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:*

*I - seja deliberada por dois terços dos componentes para gerir e representar a fundação;*

*II - não contrarie ou desvirtue o fim desta.*

É evidente o preenchimento desses dois requisitos para a mudança do estatuto (anexo).

##### Conclusão

Em sede de parecer, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 096/06, que encontra correta aplicação da técnica legislativa. Quanto à legalidade e constitucionalidade não há impedimento ao seguimento do mesmo.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/06, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que denomina Maria Bressan a trincheira localizada no Km 128,8 da BR-369,

em Jataizinho, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 017/06, de 21.03.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 122/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei tem como escopo denominar Maria Bressan, a trincheira localizada no Km 128,8 da BR-369, em Jataizinho, Estado do Paraná.

**Legalidade**

O projeto em questão encontra sua legitimidade no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.*

**Constitucionalidade**

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Houve, porém, a necessidade da devida baixa em diligências, do referido projeto à Secretaria Estadual de Transportes e Departamento Nacional de Estradas e Rodagem para que fosse verificado se o trecho mencionado já não possui denominação, com o intuito de não ferir o artigo 1º da Lei Estadual nº 8761/88 que regulamenta:

*Art. 1º Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.*

Em resposta às diligências solicitadas, a Secretaria de Estado de Transportes não pode opinar sobre o trecho referido por se tratar de rodovia federal, não sendo de sua competência. Porém, em sendo a rodovia delegada, é de competência estadual.

**Conclusão**

Diante o exposto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 122/06.

Sala das Comissões, em 16.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 122/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 122/06, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, denomina Maria Bressan, a trincheira localizada no Km 128,8 da BR-369, no município de Jataizinho.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/06, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe o atendimento pedagógico e educacional à criança e adolescente durante período de internação hospitalar no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/06, de 03/04/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 160/06

P A R E C E R :

**Histórico**

O Projeto de Lei nº 160/06, de autoria da Deputada Arlete Caramês, dispõe sobre o atendimento pedagógico educacional à criança e adolescente durante o período de internação hospitalar no Estado do Paraná.

**Fundamentação**

O projeto não apresenta óbice de natureza legal e constitucional, estando solidamente albergado pelo ordenamento jurídico pátrio.

A matéria é de amplo interesse social e visa dar vida aos preceitos contidos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069, de 13 de julho de 1990.

Segundo a Constituição Federal:

*Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.*

*Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

*Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

*I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.*

O Estatuto da Criança e do Adolescente aduz ainda que:

*Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o*



desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo Único. A garantia de prioridade compreende:

a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Desta forma, o projeto possui fundamento jurídico legal e constitucional, merecendo ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à regular tramitação.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 160/06

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 160/06, de autoria da Deputada Arlete Caramês, dispõe sobre o atendimento pedagógico educacional à criança e ao adolescente durante o período de internação hospitalar no Estado do Paraná.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No mérito, é indiscutível a importância da matéria, tendo em vista preservar o aprendizado e a frequência escolar das crianças que, apesar de hospitalizadas, tenham condições de frequentar classes hospitalares.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 160/06.

Sala das Comissões, em 05.06.06.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

#### **ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/06, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Proposta Orçamentária para o Exercício de 2007. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO.

**Aprovado. (Publ. no DA nº 031/06, de 17/04/06, em Mensagens)**

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI Nº 194/06

#### **P A R E C E R :**

Trata-se do Projeto de Lei nº 194/06, oriundo da Mensagem Governamental nº 32/06, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2007.

À Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2007, foram apresentadas um total de 31 (trinta e uma) Emendas, das quais foram acolhidas 25 (vinte e cinco) e não acatadas 6 (seis) Emendas.

As emendas acatadas, o foram face à sua absoluta compatibilidade com as disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, além de reforçarem as prerrogativas do Poder Legislativo quanto à fiscalização orçamentária.

Procurou-se incorporar ao texto todas aquelas Emendas que total ou parcialmente, retratavam com fidelidade e valorizavam a função fiscalizadora desta Casa de Leis.

Quanto às Emendas que não foram acatadas, a rejeição se deu em face de motivos como: a incompatibilidade com a estrutura da normal à Lei Plurianual - PPA, inoportunidade da proposta - já que em muitos dos casos o momento tecnicamente adequado para proceder às alterações nelas indicados será quando da apreciação, por este Poder, da Lei Orçamentária e PPA - ou ainda por infringirem dispositivos da Constituição Estadual, Portaria Interministerial nº 163/01, bem como da Lei nº 4320/86, que versa sobre matéria orçamentária.

Desta maneira, o Substitutivo apresentado vem em consonância com as Constituições Federal e Estadual e já adaptada à Lei de Responsabilidade Fiscal, dando continuidade ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, e seqüência à política das contas públicas no Paraná.

Observadas tais premissas e diante da observância, pela LDO, das disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária, somos de parecer favorável à sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 194/06

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado

do Paraná para o exercício financeiro de 2007, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

X - disposições transitórias;

XI - demais disposições.

### **Capítulo I**

#### **Das Prioridades da Administração Pública Estadual**

Art. 2º As metas e prioridades para o exercício de 2007, centradas nos macroobjetivos de Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social, desdobram-se em ações inseridas nas cinco linhas a seguir discriminadas:

1. Educação, Inovação e Cultura e Turismo – articular programas que assegurem uma melhor capacitação da população paranaense pelo conhecimento, difusão cultural e o desenvolvimento científico e tecnológico.

2. Infra-Estrutura e Meio Ambiente – aumentar a capacidade de competição das atividades produtivas, melhorar o sistema rodoviário do Estado, expandir a infra-estrutura portuária e do meio ambiente visando o desenvolvimento paranaense.

3. Expansão Produtiva – ampliar a base produtiva por via do crescimento dos investimentos na produção e industrialização, inclusive com a promoção de cursos de formação e capacitação nas áreas de investimento e industrialização de matérias-primas e aumento da produtividade.

4. Emprego, Cidadania e Solidariedade – garantir o acesso a programas e serviços de assistência social e geração de emprego e renda para o conjunto dos paranaenses.

5. Gestão do Estado – promover a reestruturação da administração pública, ampliando sua eficiência, eficácia e efetividade e sua capacidade de planejamento e gestão.

Art. 3º As ações serão detalhadas no Projeto de Lei Orçamentária, seguindo os principais objetivos dos Programas:

I - Programa Educação: universalizar a educação básica pública e gratuita de qualidade e assegurar a oferta educacional para os segmentos sociais menos favorecidos;

II - Programa Desenvolvimento do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia: estimular e apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico e promover o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

III - Programa Ação e Inserção Cultural: valorizar a identidade paranaense e sua produção artística, com incentivo à produção e difusão cultural do Paraná, promovendo a integração com os demais estados brasileiros e com o Mercosul;

IV - Programa Bons Caminhos: atuar na ampliação e na recuperação da infra-estrutura de transportes nos setores rodoviário, ferroviário, aeroportuário e hidroviário;

V - Programa Resgate do Porto Público: resgatar a condição de Porto Público, transformando os portos paranaenses para atuarem como agentes indutores do desenvolvimento econômico e social;

VI - Programa Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – RMC e Maringá: estabelecer diretrizes para ações na Região Metropolitana de Curitiba e Maringá nas áreas de uso e controle do parcelamento do solo regional, sistema viário, habitação, infra-estrutura, meio ambiente, socioeconômico e institucional;

VII - Programa Meio Ambiente: implantar uma política ambiental, conservar a biodiversidade mediante a gestão, conservação e recuperação dos recursos naturais, inclusive no que se refere às águas subterrâneas;

VIII - Programa Desenvolvimento Urbano e Regional: promover o desenvolvimento regionalizado de uma rede estadual de cidades dotadas de infra-estrutura e serviços urbanos comunitários adequados, bem como o desenvolvimento orientado das cidades;

IX - Programa Energia: universalizar o serviço de energia elétrica barata e de qualidade à população de baixa renda;

X - Programa Desenvolvimento da Agropecuária: incentivar a diversificação e a modernização do setor agropecuário, com vistas à redução da pobreza no meio rural e inserção social do agricultor familiar, executar a prevenção e erradicação de doenças de animais e vegetais;

XI - Programa Desenvolvimento da Produção: promover o desenvolvimento econômico, bem como o desempenho das atividades de apoio relativas aos interesses do Paraná no âmbito estadual e do Mercosul;

XII - Programa Desenvolvimento do Turismo: promover o desenvolvimento sustentável do turismo com ações de fomento da oferta do produto turístico paranaense e sua divulgação, implementando e apoiando os municípios com forte atração turística;

XIII - Programa Trabalho e Renda: aumentar a geração de emprego e renda, desenvolvendo atividades

ocupacionais em diversos setores e promover a inserção dos trabalhadores desempregados no mercado de trabalho;

XIV - Programa Leite das Crianças: reduzir as deficiências nutricionais, desencadeando ações para a redução dos índices de morbidade, mortalidade e desnutrição infantil;

XV - Programa Saúde: promover a prevenção, a proteção e a atenção à saúde, de forma integrada, descentralizada e regionalizada, aumentar a cobertura, de forma integral, à saúde de crianças, adolescentes, mulheres e idosos;

XVI - Programa Assistência Social: implementar a política estadual de assistência social, promovendo ações de proteção, promoção e inclusão social e garantindo direitos e acesso à renda, bens e serviços e às políticas públicas;

XVII - Programa Casa da Família: construir habitações para famílias de baixa renda e indígenas;

XVIII - Programa Saneamento: atender à população com água potável, coleta e tratamento dos esgotos domésticos e resíduos sólidos;

XIX - Programa Segurança Cidadã: desenvolver ações para reduzir a violência e combater a criminalidade;

XX - Programa Justiça: desenvolver ações que visem à preservação dos direitos humanos e à garantia dos direitos individuais e coletivos e ampliar a oferta de vagas no sistema penitenciário;

XXI - Programa Planejamento e Coordenação Geral: aprimorar as práticas de gestão na administração pública e aperfeiçoar a eficiência alocativa dos gastos públicos mediante melhor planejamento e coordenação das políticas públicas;

XXII - Programa Administração Pública: melhorar a qualidade da prestação de serviços aos cidadãos, implementar e difundir modelos empreendedores de gestão pública e investir na capacitação profissional dos servidores públicos estaduais;

XXIII - Programa Paraná Fiscal: gerir a política fiscal e o sistema financeiro estadual;

XXIV - Programa Informação: promover políticas estratégicas para o desenvolvimento social e econômico do Paraná, notadamente no campo da informação e da informática;

XXV - Programa Apoio Administrativo: manter o suporte administrativo para o perfeito funcionamento das unidades estaduais;

XXVI - Programa de Fomento à Economia Popular Solidária: tem por diretriz a promoção da Economia Popular Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades auto-sustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com a iniciativa, convênios e outras formas admitidas em lei;

XXVII - Programa de Valorização do Servidor: elaborar e implementar Plano de Cargos, Carreiras e Salários, para os servidores públicos do Paraná.

Art. 4º No Projeto de Lei Orçamentária, a destinação dos recursos relativos aos programas sociais conferirá prioridades aos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Parágrafo Único. O Poder Executivo discriminará as áreas a que se refere o *caput* deste artigo com seus respectivos montantes, bem como o detalhamento das ações, através de relatório que deverá acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária, para o exercício de 2007.

## Capítulo II

### Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício

Art. 5º A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27/08/2001 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 6º As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2007, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 17.351.595.300,00 (dezessete bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e trezentos reais).

Art. 7º As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de um índice de atualização a ser determinado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que melhor reflita os preços da economia paranaense, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2006, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei Orçamentária.

## Capítulo III

### Dos Critérios para a Distribuição dos Recursos Orçamentários

Art. 8º A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

Poder Legislativo .....5,0%  
 Poder Judiciário .....8,5%  
 Ministério Público - até .....3,7%

§1º Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,90%.

§2º O Ministério Público, em decorrência do acréscimo do limite de que trata o *caput* em relação ao percentual do ano anterior apresentará Plano de Trabalho Regionalizado das ações que deverão ser implementadas, com detalhamento por metas e prioridades, a fim de dar cumprimento às disposições contidas na LRF e oportunizando o acompanhamento do Controle Externo, enviando-o à Assembléia Legislativa para ciência e ao Poder Executivo para compor memórias de cálculos.

Art. 9º O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2007 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 8º desta lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, do Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual ;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, correspondendo para 2007 a 13% das receitas especificadas, devendo todos esses e demais recursos do SUS serem alocados no Fundo Estadual de Saúde, criado pela Lei Estadual 10703, de 10 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto Estadual 4029, de 19 de setembro de 1994;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;

X - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitais, conforme legislação em vigor;

XI - ao pagamento de sentenças judiciais;

XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 36 desta lei;

XIII - ao Fundo Estadual de Cultura, observado o disposto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 1º As despesas com ações e serviços de saúde a que se refere o inciso VII são relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

a) vigilância epidemiológica e controle de doenças;

b) vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais, vigilância sanitária;

c) orientação alimentar e a segurança alimentar promovida no âmbito do SUS;

d) educação para a saúde;

e) saúde do trabalhador;

f) assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;

g) assistência farmacêutica;

h) atenção à saúde dos povos indígenas;

i) capacitação de recursos humanos do SUS;

j) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, promovidos por entidades do SUS;

k) produção, aquisição e distribuição de insumos setoriais específicos, tais como: medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados e equipamento;

l) saneamento básico e do meio ambiente, desde que associado ao controle de vetores a ações próprias de pequenas comunidades ou em nível domiciliar ou aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI, e outras ações de saneamento a critério do Conselho nacional de Saúde;

m) serviços de saúde penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;

n) atenção especial aos portadores de deficiência;

o) ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde no âmbito do SUS e indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores.

§ 2º O Estado do Paraná, por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2007, destinará ao Fundo Estadual de Cultura, valor equivalente a 1,5% (um virgula cinco por cento) do total da Cota Parte Estadual do ICMS.

Art. 10. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modifica-

ções na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da LDO/2007 à Assembléia Legislativa.

#### Capítulo IV

##### Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 11. Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

b) Subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

c) Programa: instrumento de organização da ação governamental, que visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública, ampliar a transparência na aplicação dos recursos e produzir uma melhor visão dos resultados e benefícios gerados para a sociedade. Toda a ação do Governo é estruturada em programas definidos no Plano Plurianual. Os programas representam o elo de ligação entre o Plano e o Orçamento. A partir dos programas são identificadas ações sob a forma de Projetos, Atividades ou Operações Especiais (Nível Estadual da Funcional Programática);

d) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo (Nível Estadual da Funcional Programática);

e) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo (Nível Estadual da Funcional Programática);

f) Operação Especial: conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais (Nível Estadual da Funcional Programática);

g) Modalidade de Aplicação: especificação da forma como os recursos orçamentários serão aplicados pelas unidades orçamentárias na execução das ações;

h) Órgão Orçamentário: constitui a categoria mais elevada da Classificação Institucional, onde são vinculadas as unidades orçamentárias para desenvolverem um programa de trabalho definido.

i) Unidade Orçamentária: constitui-se num desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta, ou da administração indireta em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressa-

mente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 3º Cada projeto, atividade ou operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por Unidade Orçamentária, especificando os grupos de natureza de despesas de cada categoria econômica, a modalidade de aplicação, e o grupo de fonte de recursos.

§ 1º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o *caput* deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

##### DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

##### DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

§ 2º A Modalidade de Aplicação a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a indicar se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira a entidades sem fins lucrativos e outras instituições, bem como se serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo e observará, o seguinte detalhamento:

I - 20 – Transferências à União;

II - 30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal;

III - 40 – Transferências a Municípios;

IV - 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;

V - 60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;

VI - 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais;

VII - 80 – Transferências ao Exterior;

VIII - 90 – Aplicações Diretas;

IX - 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta<sup>1</sup>;

X - 99 – A ser definida.

§ 3º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o *caput* deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

**GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO** – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;

Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;

Fonte 103 - Receita Condicionada da LC nº 87/96;

Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide;

Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;

Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;

Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis;

Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;

Fonte 112 - Retornos dos Programas Prosam / Pedu / Paranasan;

Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;

Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública – Funsauúde;

Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito ou não;

Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária – Feap;

Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco – Funrefisco;

Fonte 129 - Taxas de Polícia – Funrespol;

Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091/95;

Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;

Fonte 138 - Taxa Ambiental;

Fonte 139 - Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUMPM;

Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais – FDU;

Fonte 146 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – FUNCB;

Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

**GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO** – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 148 - Outros Convênios.

**GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO** – compreendendo as seguintes fontes:

1. Modalidade de Aplicação de uso restrito, sujeito a orientação do Órgão Central de Orçamento.

Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;

Fonte 130 - Operação de Crédito Externa – Paraná 12 Meses / BIRD;

Fonte 136 - Operação de Crédito Externa – Proem / BID;

Fonte 137 - Operação de Crédito Externa – Paraná Urbano II / BID;

Fonte 140 - Operação de Crédito Externa – Saneamento Ambiental - Paranasan/JBIC;

Fonte 142 - Operação de Crédito Externa – PR 12 Meses – Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - Prodesus;

Fonte 143 - Outras Operações de Crédito Externas.

**GRUPO 16 – SALÁRIO EDUCAÇÃO** – compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE.

**GRUPO 45 – Fundef** – compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef.

**GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES** – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;

Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;

Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;

Fonte 253 - Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais;

Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – Funrestran;

Fonte 255 - Transferências da União – SUS;

Fonte 256 - Reposição Florestal – Serflor;

Fonte 260 - Multas Ambientais – Fema (Fundo Estadual de Meio Ambiente);

Fonte 270 - Aumento de Capital Social;

Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

Art. 13. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacada por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO / 2007 à Assembléia Legislativa.

Art. 15. As autorizações par abertura de créditos adicionais consignadas na Lei Orçamentária para o exercício de 2007 serão limitadas por projetos e/ou atividades, assegurando as prerrogativas do Legislativo quanto ao acompanhamento e controle da execução orçamentária.

Art. 16. O Programa de Obras será apresentado, no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, com classificação das obras por ordem de prioridade de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, podendo ser identificadas no Anexo V, pelo Indicativo (A) em andamento.

Art. 17. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da Lei;

III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná e no artigo 16 desta lei;

VIII - anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais;

IX - anexo VII contendo as proposições parlamentares relativas às emendas à despesa;

X - anexo VIII contendo as proposições parlamentares relativas às emendas ao conteúdo programático;

XI - anexo IX contendo os cancelamentos efetuados para suportarem as emendas contidas no anexo VII.

## Capítulo V

### Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 18. A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2007 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º O Estado do Paraná, por ocasião da elaboração da proposta de Lei Orçamentária, realizará audiências públicas em todas as regiões administrativas do Estado do Paraná.

§ 3º O Poder Executivo divulgará na internet, ao menos:

I - as estimativas das receitas de que trata o artigo 12 parágrafo 3º da Lei Complementar nº 101, de 2001;

II - a lei orçamentária estadual e seus anexos;

III - a execução orçamentária com o detalhamento das ações, por Órgão e Unidade, por função, sub-função e programa, mensalmente e de forma acumulada;

IV - o relatório contendo dados gerenciais referentes à execução do Plano Plurianual;

V - até o vigésimo dia de cada mês, relatório comparando a arrecadação mensal realizada até o mês anterior das receitas do orçamento fiscal e próprio da Administração Indireta e as do Sistema Previdenciário do Estado, com as respectivas estimativas mensais constantes do demonstrativos encaminhados juntamente com a proposta de lei orçamentária, bem como de eventuais reestimativas;

VI - até o vigésimo quinto dia de cada mês, relatório comparando a receita realizada com a prevista na lei orçamentária e no cronograma de arrecadação, mês a mês e acumulada.

Art. 19. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 20 As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 20 de setembro de 2006, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 21. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 22. As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 30 de junho de 2006.

Art. 23. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Sefa.

Art. 24. Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 135, parágrafo 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos;

VII - incluídas despesas decorrentes de “transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual”, ou seja de transferências dentro da mesma esfera de governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 25. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 26. Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do Tesouro Estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 27. O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado e apresentarão apenas o seu Orçamento de Investimento.

Art. 28. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 29. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007.

Art. 30. A lei orçamentária de 2007, incluirá verba necessária ao pagamento de débitos da Fazenda Pública Estadual, oriundo de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal.

§ 1º As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais



específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 2º Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até 20 de julho de 2006 a relação dos sébitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 01 de julho de 2006, a serem incluídos no orçamento de 2007, especificando:

- I - número da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo de causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV - enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V - data da inscrição do precatório no Órgão/Unidade;

VI - nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

VII - valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2006, conforme artigo 98, parágrafo 3º da Constituição do Estado do Paraná);

VIII - cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento quanto se tratar de ação civil.

§ 3º A Fazenda Pública Estadual, encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado e ao Tribunal de Contas, trimestralmente, até 15 (quinze) dias após, relatórios de pagamentos de precatórios realizados, elaborados na forma dos incisos I a VIII do parágrafo 2º, destacando-se os valores originais, da correção monetária e o montante pago no trimestre e acumulado.

Art. 31. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 32. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso,

por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 33. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 34. O Saldo Financeiro verificado em 31/12/2006, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada, no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31/01/2007.

Art. 35. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo para atender programas prioritários de Governo mediante lei específica, com indicação da origem dos recursos e destinação detalhada por programa, projeto ou atividades, ação pretendida, natureza da despesa, fonte e valor a ser aplicado.

Art. 36. A Lei Orçamentária Anual poderá conter reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 37. A Lei Orçamentária para o exercício de 2007 conterà autorização para abertura de créditos adicionais até o limite de 10% do valor da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, excetuando-se as dotações vinculadas suportadas por recursos provenientes de Convênios, Acordos Nacionais, e com Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

Parágrafo Único. É vedada a concessão de abertura de créditos ilimitados, nos termos do inciso VII do artigo 167 e 135 das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

## **Capítulo VI**

### **Dos Ajustamentos do Plano Plurianual**

Art. 38. Os ajustes nos Programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas ações, produtos, metas físicas e financeiras e na regionalização serão incluídos na Proposta Orçamentária de 2007.

## **Capítulo VII**

### **Das Disposições sobre as Alterações**

## na Legislação Tributária

Art. 39. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2006, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência;

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

## Capítulo VIII

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, com Base na Receita Corrente Líquida

Art. 40. No exercício financeiro de 2007 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º O Estado poderá conceder reposição e alteração salarial desde que respeitados os limites estabe-

lecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no artigo 22, parágrafo único, item I da referida lei.

§ 4º O Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no artigo 37, X, da Constituição Federal, por ocasião da data base estabelecida pelas Leis 13666/06 e 9547/91, reajustará os vencimentos proventos, pensões e demais vantagens dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas, no mínimo em percentual equivalente ao INPC/IBGE acumulado nos últimos doze meses que antecedem à data base dos servidores públicos do Estado do Paraná

Art. 41. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

## Capítulo IX

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 42. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 43. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2007, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 44. A Agência de Fomento do Paraná S/A, que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;

IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia.

## Capítulo X

### Disposições Transitórias

Art. 45. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2007, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

## Capítulo XI

### Demais Disposições

Art. 46. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados.

§ 2º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 47. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos na forma do disposto no artigo 7º desta lei.

Art. 48. Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 49. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 50. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 51. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoiamento: Barbosa Neto e Duílio Genari

## ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/06, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 252/06, que extingue e cria cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em conformidade com a Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, com redação dada pela Lei Estadual nº 14.807, de 20 de julho de 2005, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 242/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Ficam extintos na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em conformidade com a Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, os seguintes cargos de provimento em comissão e suas respectivas simbologias:

I - um (01) de Secretário do Corregedor-Geral da Justiça, símbolo DAS-4.

II - um (01) de Assessor Judiciário do Corregedor-Geral da Justiça, símbolo DAS-4.

Art. 2º Ficam criados na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em conformidade com a Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, quatro (04) cargos de Assessor Correicional, símbolo DAS-5, para provimento em comissão.

Art. 3º Os cargos criados por esta lei serão providos da disponibilidade orçamentária de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 101 de maio de 2000.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária específica do Poder Judiciário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.05.06.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### JUSTIFICATIVA:

As carreiras e cargos de provimento em comissão, vinculados à estrutura da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado, estão definidos na Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, alterada pela lei Estadual nº 14.807, de 20 de julho de 2005.

O presente anteprojeto propõe a extinção de cargos de provimento em comissão, a ser: 01 (um) cargo de Secretário do Corregedor-Geral da Justiça, símbolo DAS-4 e 1 (um) cargo de Assessor Judiciário do Corregedor-Geral da Justiça também de simbologia DAS-4, bem

como a criação de 04 (quatro) cargos de provimento em comissão, de Assessor Correicional DAS-5, os quais passam a integrar o Anexo II da supracitada lei.

O impacto financeiro dessa medida é de pequeno valor relativo no orçamento e condições financeiras deste Tribunal. A despesa anual estimada (incluindo o 13º salário e o terço constitucional de férias), para o cargo DAS-4, é de R\$ 75.122,50, e de R\$ 63.931,37 para o cargo DAS-5, uma diferença de R\$ 11.191,13 (onze mil, cento e noventa e um reais e treze centavos) por cargo. A criação de 04 (quatro) cargos DAS-5 envolve um custo anual de R\$ 255.725,48 (duzentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos) e a extinção de 02 (dois) cargos DAS-4 representa uma economia de R\$ 150.245,00 (cento e cinquenta mil, duzentos e quarenta e cinco reais). O acréscimo de despesa anual decorrente deste anteprojeto será de R\$ 105.480,48 (cento e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos).

A dotação orçamentária para Despesa de Pessoal, da Lei Orçamentária deste Exercício, para Pessoal e Encargos deste Tribunal é de R\$ 522.388.382,00 (quinhentos e vinte e dois milhões, trezentos e oitenta e oito mil, trezentos e oitenta e dois reais). O impacto no acréscimo da despesa de pessoal representa um percentual em torno de 0,02% (dois centésimos por cento) do orçamento do exercício.

Este Tribunal possui margem de acréscimo de despesa de pessoal, conforme Demonstrativo em anexo, cujos valores tornam o impacto não significativo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 242/06

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, visa extinguir e criar cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, em conformidade com a Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997.

**Fundamentação**

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 101, nos mostra a competência privativa do Tribunal de Justiça, de propor à Assembléia Legislativa, a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes.

O Tribunal de Justiça envia, também, junto ao anteprojeto de lei, o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, atendendo os requisitos estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101/00, Lei de Responsabilidade Federal, explicitando o impacto financeiro da matéria.

**Conclusão**

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 242/06, em vista a sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 242/06

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, visa extinguir e criar cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, em conformidade com a Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997.

**Fundamentação**

Como já verificou a douta Comissão de Constituição e Justiça a matéria está amparada no artigo 101 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a competência privativa do Tribunal de Justiça, de propor à Assembléia Legislativa, a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes.

Chamada a opinar a Comissão de Finanças comprovou a existência do Demonstrativo da Despesa com Pessoal, atendendo os requisitos estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101/00, Lei de Responsabilidade Federal, explicitando o impacto financeiro da matéria.

**Conclusão**

Sendo assim, a Comissão de Finanças opina favoravelmente pela aprovação do presente plano de lei.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/06, de autoria da Deputada, Elza Correia, declarando de Utilidade Pública a Associação de Recuperação dos Alcoólatras de Guaíra, com sede e foro no município de Guaíra. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 057/06, de 24/05/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 293/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada, Elza Correia, declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação dos Alcoólatras de Guaíra, com sede e foro no município de Guaíra, Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.06.06.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/06, objetivando instituir o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei, visando garantir a profissionalização e a inclusão de adolescentes submetidos a medidas socioeducativas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDDMCA. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/06, de 29/05/06, em Mensagens).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 296/06

#### P A R E C E R :

##### Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 045/06, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta instituir o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei, visando garantir a profissionalização e a inclusão de adolescentes submetidos a medidas socioeducativas.

Na justificativa, o autor diz que: a medida ora proposta, visa implementar um programa de aprendizagem que assegure a formação profissional de adolescentes com idade entre 14 e 18 anos, inserindo-os nos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei nº 10.097/00, da Lei nº 11.180/05 e do artigo 227 da Constituição Federal, contida no plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da sociedade, eis que, tal área será utilizada pela municipalidade na implantação de um Posto de Saúde no Bairro Vila Nova para atendimento, também, à população dos bairros vizinhos. No anteprojeto de lei em causa consta dispositivo expresso no sentido de que o imóvel em causa reverterá ao patrimônio do Estado/DER, caso tenha utilização diversa da prevista.

Diz ainda, que muitos adolescentes encontram-se em situação de risco e à margem da sociedade. A condição de vulnerabilidade desses adolescentes é decorrente, dentre outros fatores, da desagregação familiar, da falta de profissionalização e de oportunidades de emprego. Todas essas situações levam à privação e violação de seus direitos fundamentais, prejudicando a auto-estima e levando-os a uma conduta muitas vezes agressiva e/ou excessivamente submissa. O número de adolescentes em situação de risco é cada vez maior. Segundo dados do Instituto de Ação Social do Paraná, órgão gestor da política de atenção ao adolescente em conflito com a lei, a quantidade de adolescentes apreendidos por terem come-

tido infrações que os colocam em situação de risco é de mais de mil adolescentes por semestre no Estado. Considerando os aspectos apontados, fica evidenciada a necessidade e urgência de legislação específica no âmbito do Poder Público Estadual, possibilitando ao adolescente, a partir da compreensão e do respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento, a capacitação profissional adequada ao mundo do trabalho.

É o relatório.

##### Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto à técnica legislativa, há de se modificar o artigo 10 do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998 (artigo 9º), a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente, é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 10 do projeto de lei em análise.

##### Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 12.06.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
HERMES FONSECA - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 296/06

Art. 1º Modifica a redação do artigo 10 do Projeto de Lei nº 296/06, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 12.06.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
HERMES FONSECA - Relator

#### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PROJETO DE LEI Nº 296/06

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Governador do Estado, através da Mensagem nº 045/06, visa instituir o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei.

Sobre a matéria, já existe parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta comissão entende que o projeto ora proposto pretende implementar um programa de aprendizagem que assegure a formação profissional de adolescentes com idade entre 14 e 18 anos, inserindo-se nos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei nº 10.097/00, da Lei nº 11.180/05, do Decreto 5598/05 e do artigo 227 da Constituição Federal.

A Lei nº 10.097/00 prevê o contrato de aprendizagem, que foi normatizado pelo Decreto 5598/05, o qual remete à necessidade de legislação específica que discipline o assunto no que diz respeito à contratação de aprendizes por órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, possibilitando a adoção de políticas públicas voltadas ao adolescente para a garantia do seu direito fundamental à profissionalização.

O projeto apresentado encontra-se consoante à Lei nº 14.705 de autoria da Deputada Cida Borghetti, a qual institui o Selo Empresa Incentivadora do Primeiro Emprego no Estado. De acordo com a lei fica instituído o Selo Empresa, à pessoa jurídica que disponibiliza 20% de suas vagas funcionais à contratação, por um período mínimo de doze (12) meses, de jovens entre 16 e 24 anos, a qual com muito sucesso está beneficiando milhares de jovens em todo o Estado.

Vale ainda ressaltar que de acordo com as informações da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Coordenação de Orçamento e Programação, o projeto de lei está dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim sendo, em relação ao Projeto de Lei nº 296/06, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Portanto, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.06.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente e Relatora

## ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/06, de autoria dos Deputados Dobrandino da Silva e Nelson Garcia, que dispõe sobre a idade máxima permitida para veículos de transporte coletivo, utilizados na execução de serviços regulares e especial de fretamento. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/06, de 29/05/06)**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 299/06

### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim estabelecer prazo de vida útil de dez anos para os veículos utilizados nos serviços regulares, além de estabelecer o limite de 20% da frota das operadoras de linhas regulares para veículos entre dez e vinte anos, com autorização excepcional e provisória do DER/PR.

## Fundamentação

A Constituição Federal determina, em seu artigo 22, XI:

*Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:*

*(...)*

*XI - trânsito e transporte.*

No entanto, no artigo 24, parágrafo 2º, complementa:

*Art. 24. (...)*

*§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.*

A União, portanto, tem competência privativa para legislar sobre regras gerais, mas o Estado tem competência para legislar sobre suas especificidades.

Determina o artigo 80, parágrafo 1º, do Decreto nº 1821/00, o Regulamento do Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná:

*Art. 80. Na execução dos serviços especiais de fretamento contínuo, eventual ou turístico e de escolar, serão utilizados veículos tipo ônibus ou microônibus, com capacidade de lotação mínima de 8 (oito) passageiros.*

*§ 1º Na prestação dos serviços de que trata este artigo, é vedada a utilização de veículos com mais de quinze anos de fabricação.*

Com a aprovação desse projeto de lei, ficaria revogada, nos casos especificados pelo mesmo, a disposição supra. Uma norma pode ser revogada por norma de hierarquia superior ou de mesma hierarquia. Dessa forma, Lei Estadual é competente para revogar Decreto Estadual, por ser hierarquicamente superior a este. O projeto, portanto, é competente para o fim a que se destina.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Não é, portanto, uma das matérias de iniciativa legislativa do Governador do Estado (artigo 66, IV, da Constituição Estadual).

Quanto à técnica legislativa, porém, o projeto não atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Dispõe essa lei, em seu artigo 9º:

*Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

Para corrigir tal vício formal, sugere-se uma emenda corretiva, nos termos do anexo.

## Conclusão

Dessa forma, opina-se pela aprovação do presente projeto de lei, na forma da emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 12.06.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
BARBOSA NETO - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 299/06**

Atendendo o disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 299/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.06.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
BARBOSA NETO - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 299/06**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Deputados Dobrandino da Silva e Nelson Garcia, dispõe sobre a idade mínima para veículos de transporte coletivo, utilizados na execução de serviços regulares e especiais de fretamento.

**Fundamentação**

A matéria já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, quanto à constitucionalidade, que apresentou uma emenda quanto à sua redação.

Chamada a opinar a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontrou méritos indiscutíveis ao projeto que procura adequar o regulamento do Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros às necessidades dos usuários e prestadores de serviços de transporte coletivo regular e especial.

**Conclusão**

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 299/06, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14.06.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
ELIO RUSCH - Relator

***Discussão Única (Proposição)***

**ITEM 18**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 039/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 276/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre o programa de incentivo ao esporte do âmbito do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 075/06

Curitiba, 04 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 011/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 276/05, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir, no Estado do Paraná, o Programa de Incentivo ao Esporte, mediante emissão de bônus pelo Governo do Estado, que poderão ser utilizados para pagamento de impostos estaduais (ICMS, IPVA e ITCMD), até o limite de 20% (vinte por cento) devido a cada incidência do tributo. Visa, ainda, a criação do Fundo Especial de Promoção das Atividades Esportivas.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre da inconstitucionalidade a que está eivado, em vista de afrontar o preceito contido no artigo 167, inciso IV da Magna Carta da República, que veda a pretendida vinculação de receita de impostos e, também, porque fere o artigo 155, inciso XII, letra “g”, da mesma Carta Magna, onde são previstas condições de para concessão de benefícios fiscais, tal como quer o plano de lei ora vetado.

Em anexo, para melhor detalhar a impossibilidade de acolhimento à pretendida medida, segue, por cópia autêntica, Parecer sob nº 306/05, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 276/06 encontra-se publicado no DA nº 043/05, de 16.05.05 em Projetos de Lei)**

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO  
INSPETORIA GERAL DE TRIBUTAÇÃO**

Referência: SID: 8.495.299-0

Interessado: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.  
Assunto: Projeto de Lei nº 276/05 - Dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Esporte, no âmbito do Estado do Paraná.

**PARECER Nº 306/05**

Pelo presente, foi submetido à apreciação do Sr. Secretário de Estado da Fazenda, o Projeto de Lei nº 276/05, de proposição da Sra. Deputada Cida Borghetti, o qual institui o Programa de Incentivo ao Esporte, com a emissão de um bônus, pelo Governo do Estado do

Paraná, visando o incremento do esporte amador e o apoio à participação de eventos esportivos em geral.

O bônus anteriormente mencionado seria concedido às pessoas físicas e jurídicas que, por doação, participassem ou investissem em modalidades esportivas, e poderia ser utilizado para o pagamento do ICMS, do ITCMD e do IPVA, até o limite de 20% do crédito tributário a ser quitado relativamente a cada tributo, sendo que, para este fim, o valor do bônus seria reduzido em 30%.

Entre outras disposições, a proposição prevê, ainda, a criação do Fundo Especial de Promoção das Atividades Esportivas, a ser regulamentado pelo Poder Executivo.

Justifica esta proposição a necessidade do Poder Público fomentar o esporte.

Com o projeto de lei em análise pretende-se que a atividade esportiva seja subvencionada por pessoas físicas e jurídicas, a quais, em contrapartida, poderiam deduzir parcela dos recursos doados (70%) de eventuais débitos tributários.

Em que pese a relevância da presente proposição, a pretensão de vincular receita proveniente de impostos, antes mesmo que este recurso seja arrecadado, é vedada pelo inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 039/05

P A R E C E R :

**Do Voto**

O Projeto de Lei nº 276/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre o Programa de Incentivo ao Esporte não foi acolhido pelo Chefe do Poder Executivo que usando suas prerrogativas constitucionais entendeu ser o projeto de lei inconstitucional, afrontando o preceito contido no artigo 167, IV da Constituição Federal de 88:

*São vedados:*

*I -...*

*...*

*IV - a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa..."*

Também afirma haver ofensa ao artigo 155, XII, letra "g" da Constituição Federal de 88:

*XII - cabe à lei complementar:*

*...*

*g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, incentivos, isenções e benefícios, fiscais serão concedidos e revogados.*

**Do Voto**

*Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao inte-*

*resse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...).*

Da forma como o Projeto de Lei nº 276/05 se apresenta, e sob o aspecto formal, se encontra em condições de ser submetido ao Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná, para as providências regimentais.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Solicito à Deputada Luciana Rafagnin, a chamada dos Srs. Parlamentares.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, peço à Bancada de apoio ao Governo, para mantermos esse veto do Governador em função da inconstitucionalidade.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Quarenta e cinco Deputados responderam à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido os Deputados Vanderlei Iensen e Elio Rusch para fazer o escrutínio dos votos.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Quero registrar a presença do ex-Deputado Fernando Ribas Carli, Prefeito de Guarapuava, que sempre nos dá o prazer da sua presença. Ele não pode disputar a eleição, mas está preparando o seu filho.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero participar aos Srs. Deputados que às 17h00 teremos o lançamento do livro ex-Presos Políticos e a Memória Social da Tortura do Paraná, que é de autoria da jornalista Sílvia Calciolari.

Quero participar aos Srs. Parlamentares que a sessão de amanhã será às 09h00. Provavelmente teremos que fazer mais que uma sessão.

Peço a presença dos Srs. Parlamentares.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

Votos nulos: 02.

SIM: 12. NÃO: 31.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está derrubado o veto e mantido o projeto.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)



Gostaria de agradecer aos nossos colegas que votaram pela derrubada do veto, um veto de lei de incentivo ao esporte. Agradeço o companheirismo desta Casa.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Gostaria de registrar a presença na nossa tribuna de honra, do Sr. Sebastião Martins de Souza, grande liderança evangélica, grande amigo que nos dá a honra de acompanhar a nossa Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossas boas-vindas ao nosso ilustre visitante.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Da mesma forma, agradecer à presença do nosso colega ex-Deputado Federal e Estadual - Prefeito de Guarapuava, Fernando Ribas Carli.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós já demos as boas-vindas ao Fernando Ribas Carli.

### **Requerimentos**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1638, 1675 e 1676, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1640, 1656 e 1657, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1643, 1644 e 1671 a 1674, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1650 e 1653, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1668 e 1669, de autoria do Deputado Hermas Brandão, com apoio do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1651, 1652 e 1659, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1654 e 1655, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1660, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1662, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1666 e 1667, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1670, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1677, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, com apoio do Deputado Miltinho Pupio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, às 09h00 com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 171, 282, 304 e 308/06.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 747/05.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 096, 122, 149, 150, 160, 194, 242, 293, 296 e 299/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 726 e 755/05, 131, 186, 207, 224, 235, 260, 265, 267, 277, 291 e 320/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 019 e 020/06.

Levanta-se a Sessão.

### **Publicações:**

#### **Atas de Comissão**

#### **Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente**

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, sob a presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti e com a presença dos seguintes Deputados: Renato Gaúcho, Luciana Rafagnin e Nelson Justus. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu início aos trabalhos para votação do Projeto de Lei nº 692/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Renato Gaúcho - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciana Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que após

lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente

Luciane Andretta - Secretária

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA  
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, sob a presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti e com a presença dos seguintes Deputados: Renato Gaúcho, Luciana Rafagnin e Elza Correia. havendo número legal, a Sra. Presidente deu início aos trabalhos para votação do Projeto de Lei nº 296/05, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Cida Borghetti - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciana Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente

Luciane Andretta - Secretária

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA  
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, sob a presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti e com a presença dos seguintes Deputados: Renato Gaúcho, Luciana Rafagnin e Luiz Accorsi. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu início aos trabalhos para votação do Projeto de Lei nº 726/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Renato Gaúcho - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciana Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente

Luciane Andretta - Secretária